



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“Os *Media* nas Operações de Apoio à Paz.”

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Rui Santos

Orientador: Coronel de Cavalaria Nuno Mira Vaz

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia Pinto Silva

Lisboa, Julho 2009



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE INFANTARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“Os *Media* nas Operações de Apoio à Paz.”

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Rui Santos

Orientador: Coronel de Cavalaria Nuno Mira Vaz

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia Pinto Silva

Lisboa, Julho 2009

*À minha mãe, irmã e namorada
pela compreensão e apoio*

AGRADECIMENTOS

Depois de um longo caminho percorrido, posso dizer que chegou o fim de mais uma etapa.

Reconheço que, para além de todo o meu esforço, este caminho foi percorrido com ajuda de muitas pessoas, que sempre me deram todo o apoio e força, como tal tenho que agradecer a todos os que me ajudaram neste trabalho, especialmente:

Ao meu orientador, Coronel Nuno Mira Vaz, pela forma dedicada e compreensiva prestada na condução e elaboração do Trabalho de Investigação.

Ao Tenente-Coronel Pinto Silva que desempenhou cabalmente as funções de Co-Orientador, tendo-me por diversas situações apoiado e incentivado de uma forma extraordinária.

Ao Tenente-Coronel Mendes Dias, ao Tenente-Coronel Perdigão, ao Tenente-Coronel Miguel Machado, e ao Major Bernardino, por mostrarem uma absoluta disponibilidade e terem sido sempre prestáveis na transmissão de conhecimentos.

Aos meus amigos Nuno e João e Cátia pela ajuda que me deram na elaboração de gráficos, distribuição de inquéritos a jornalistas e correcção dos textos.

À minha mãe e irmã, pelo apoio prestado na elaboração de textos e correcção dos mesmos e sobretudo pela força que me deram durante toda a vida, sem elas não teria conseguido.

À minha namorada Andreia pela paciência, compreensão, apoio contínuo, estímulo e sobretudo por me fazer acreditar que era capaz.

Ao meu avô Rui, pelo apoio sempre dado.

.Com a ajuda de todos foi possível chegar ao fim.

A Vós um Obrigado muito especial

INDÍCE

Agradecimentos	ii
Índice	iii
Lista de Siglas	v
Resumo	vi
Abstract	vii
INTRODUÇÃO	1
Parte I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
Capítulo 1 - AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ	4
1.1 Enquadramento Legal	5
1.2 NATO e ONU	7
1.3 Operações de Resposta à Crise (CRO)	8
1.4 Tipologia das CRO	9
1.5 Operações de Apoio à Paz (OAP)	10
CAPÍTULO 2- O RELACIONAMENTO DOS MILITARES COM OS MEDIA	11
2.1 Jornalistas Abordagem Histórica	11
2.2 Restrições à Liberdade de Expressão dos Militares	18
2.3 A Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas	18
2.4 Plano Geral de Comunicação do EXÉRCITO 2007-2009	18
2.5 “ <i>Military Public Affairs Policy</i> ” da NATO	19
2.6 Plano de Comunicação do MDN	20
2.7 Jornalistas versus Militares	21
2.8 OCS na Escola Prática de Infantaria	23
PARTE II – PARTE PRÁTICA	25
CAPÍTULO 3 - MÉTODO	25
3.1 Abordagem Procedimentos e Técnicas	25
3.2 Inquéritos	26
3.3 Entrevistas	26

CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	28
4.1 Análise dos Inquéritos	28
4.2 Análise das Entrevistas	33
4.3 Discussão dos Resultados	34
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	38
5.1 Limitações	40
5.2 Investigações Futuras	40
BIBLIOGRAFIA.....	42
APÊNDICES	45
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO de TERMOS e DEFINIÇÕES.....	46
APÊNDICE B – INQUÉRITOS	49
APÊNDICE C - GRÁFICOS E TABELA	51
APÊNDICE D - Guião de entrevista a Ten-Coronel Mário Machado	62
APÊNDICE E - Guião de entrevista a Ten-Coronel Helder Perdigão	63
APÊNDICE F - Guião de entrevista a Major Bernardino	64
ANEXOS.....	65
ANEXO A - LEGISLAÇÃO A CONSULTAR	66
ANEXO B – FIGURAS	68
ANEXO C - SECÇÃO D- CONTROLO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	71
ANEXO D - CÓDIGO DEONTOLÓGICO DOS JORNALISTAS	72
ANEXO E - “LINHAS DE ORIENTAÇÃO NAS RELAÇÕES COM OS OCS”	74
ANEXO F - CONSTITUIÇÃO DO CJZC.....	76

LISTA DE SIGLAS

CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CRO	Operações de Resposta a Crise
CRP	Constituição da República Portuguesa
CJZC	Curso de Jornalistas em Zonas de Conflito
CNU	Carta Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CEME	Chefe de Estado Maior do Exército
DU	Urânio Empobrecido
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
GabCEME	Gabinete do CEME
ITN	Instituto Tecnológico Nuclear
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
LDNFA	Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas
LOBOFA	Lei de Bases da Organização das Forças Armadas
LOE	Lei Orgânica do Exército
MDN	Ministro da Defesa Nacional
NATO	Organização do Tratado Atlântico Norte
OAP	Operações de Apoio à Paz
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OI	Organização Internacional
OP	Opinião Pública
OSCE	Organização para a segurança e Cooperação Europeia
ONU	Organização das Nações Unidas
PGCE	O Plano Geral de Comunicação do Exército
PSO	Peace Support Operations (Operações de apoio à paz)
QP	Quadros Permanentes
SIPRP	Secção de Informação e Protocolo e Relações Públicas
UE	União Europeia
UEO	União Europeia Ocidental

RESUMO

O Exército Português tem empenhado forças militares no cumprimento de missões de apoio à paz em vários Teatros de Operações, cumprindo assim os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar.

Os Órgãos de Comunicação Social têm um papel fundamental em dar a conhecer à população o papel das Forças Armadas em Portugal e no mundo. É através destes que a população portuguesa pode conhecer com a clareza e a isenção adequada, o trabalho que o Exército Português desenvolve nas Operações de Apoio à Paz.

É importante que um comandante tenha em linha de conta a forma como os Órgãos de Comunicação Social se enquadram nos actuais Teatros de Operações.

Este estudo incide na actual relação que existe entre o Exército e os Órgãos de Comunicação Social. Tem como principais objectivos demonstrar em que medida a presença de jornalistas é benéfica para as Operações de Apoio à Paz.

Para tal a metodologia empregue baseou-se numa caracterização do papel do Exército no âmbito das Operações de Apoio à Paz, seguindo-se uma explicação das relações entre jornalistas, e a instituição militar ao longo do tempo.

Neste estudo verificam-se as restrições à liberdade de expressão dos militares e de que forma estes se podem expressar. De seguida definem-se as principais razões de conflitualidade entre a Comunicação Social e a Instituição militar.

Como se trata de uma investigação, realizaram-se inquéritos e entrevistas a oficiais com conhecimentos na área, com o intuito de se analisar a actual cooperação entre jornalistas e militares.

Chegou-se à conclusão que o Exército beneficia com a presença dos Órgãos de Comunicação Social, numa Operação de Apoio à Paz, melhorando a sua imagem perante a opinião pública. Este binómio de relacionamento entre Exército e Órgãos de Comunicação Social necessita de uma contínua aposta na formação de jornalistas e militares, de forma a aprimorar este relacionamento.

Palavras-Chave: Operações de Apoio à Paz; Órgãos de Comunicação Social; Opinião Pública, Instituição Militar;

ABSTRACT

The Portuguese Army has committed military forces to carry out missions for peace in several theaters of operations, thereby complying with international commitments in the framework of the Portuguese military.

The Media have a vital role allowing people to know the role of the Armed Forces in Portugal and abroad. It is through them that the populations come to know with clarity and appropriate relief, the work that is developed in the Portuguese Army Peace Operations.

It is therefore important that a commander takes into account, particularly to how the media are present in the Theater of Operations.

This study focuses on the current relationship that exists between the Army and the media. Its main is to show how the presence of journalists is beneficial for Peace Support Operations.

In order to do so, the methodology used was based on The army's characterization's role under the peace-support operations, followed by an explanation of the relationship between journalists and the military over time.

There is an analyze to the militaries' restrictions on freedom of expression, and how they can express. Then it defines the main reasons of conflict between the media and the military institution, and And how they are overcome.

As a research, there were surveys and interviews with officers with expertise in the area, in order to analyze the current cooperation between journalists and military

It was concluded that the Army benefits from the presence of the media in a Peace Support Operation, improving its image before the public. However, it must improve and continue to invest in training to improve such relations.

Keywords: Peace Support Operations, The Media, Public Opinion, Military Institution;

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “Os *Media* nas Operações de Apoio à Paz”, insere-se no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar.

Desde 1996 que o Exército Português tem empenhado forças militares no cumprimento de missões de apoio à paz em vários Teatros de Operações (TO), no âmbito das organizações em que se insere: Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO), União Europeia (UE), Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), União Europeia Ocidental (UEO), Organização das Nações Unidas (ONU). Nestes TO, as forças portuguesas desenvolvem missões de natureza muito diversificada, que não são facilmente percebidas pela população. Uma vez que esta percepção é essencial para garantir o apoio das modernas sociedades democráticas às referidas OAP, a acção de divulgação a cargo dos órgãos de comunicação social (OCS) assume uma importância decisiva. Com efeito, é através dela que a população portuguesa pode conhecer com a clareza e a isenção adequadas, o trabalho que o Exército português desenvolve nas Operações de apoio a Paz (OAP).

Muitas guerras já foram ganhas em termos de opinião pública (OP), e após o primeiro alargamento do espectro da guerra, a propaganda é algo a ter em conta por um comandante militar. Nos dias que correm a propaganda é um factor preponderante. A guerra desenrola-se no campo de batalha e nas televisões de todo o mundo, bem como nas OAP. Os *Media* ganham importância significativa pois são intermediários entre a realidade dos factos e o que nos é relatado. As suas notícias podem condicionar a forma de actuar dos militares, comandados pelo poder político que usa a OP para perseguir os seus objectivos. Líderes políticos e responsáveis militares vêm-se cada vez mais obrigados a encarar com outro rigor e urgência a planificação do efeito mediático das suas opções, tanto a nível táctico como Estratégico.

“Parece evidente que as relações entre a instituição militar e os jornalistas são tendencialmente conflituais...” (*Machado & Carvalho 2004, p.11*). Ao logo do tempo as comuns acusações, entre a má influência dos jornalistas no trabalho feito pelos militares, e a dificuldade dos jornalistas de exporem a verdade devido à falta de colaboração dos militares, são constantes. Neste trabalho, que aborda o trabalho dos jornalistas nas OAP, interessa em primeiro lugar clarificar o seu conceito:

“Uma operação de apoio a paz é uma dinâmica criada pelas organizações internacionais, no sentido de conter a instabilidade e conflitualidade emergente, estas operações (...) surgem com o objectivo de prevenir, manter, restaurar e impor a paz, ou ainda, prestar auxílio humanitário e promover a reconciliação e a reconstrução das instituições nacionais e da economia...” (EME, 2005, p.1-7).

Portugal no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN - 2003), expressa o contributo a ser dado na segurança internacional, para a manutenção da paz e para a resolução dos conflitos, através de Organizações Internacionais (OI), ONU, NATO¹ e UE.

Neste contexto, Portugal participa numa variedade de missões tais como, missões na Bósnia, Kosovo, Líbano, Timor, e Afeganistão.

O tema apresentado neste trabalho, tem como objectivo demonstrar em que medida a presença de jornalistas é benéfica para as OAP.

Optou-se por esta temática porque é um assunto muito actual e interessante, ao qual nem sempre é dada a importância que merece. Um futuro comandante de tropas tem de perceber o papel que a informação difundida pelos OCS pode ter desde logo na imagem do Exército e no seu relacionamento com a população, e num segundo tempo, no sucesso das próprias OAP. Os comandantes militares têm de ter a percepção da importância que pode assumir a sua boa relação com os OCS, pois eles transmitem ao público aquilo que interessa ou não saber, e podem favorecer ou deteriorar a imagem da Instituição.

Neste sentido, a questão central é: **a presença de jornalistas é benéfica para as Operações de Apoio à Paz?** Para responder a esta questão levantaram-se quatro questões derivadas e respectivas hipóteses.

Assim sendo, o primeiro objectivo visa averiguar se o Exército beneficia com a presença dos *Media* nas OAP. Tem como hipóteses: o Exército tem vantagem com a presença dos *Media* ou o Exército não tem vantagem com a presença dos *Media*.

O segundo objectivo prende-se com as melhorias que o Exército pode introduzir no âmbito da formação, tendo em vista uma melhor cooperação entre jornalistas e militares. Para esta questão foram levantadas duas hipóteses: deve-se apostar mais na formação dos militares ou a formação dos militares é suficiente para lidar com os OCS.

O terceiro objectivo pretende saber se a presença dos jornalistas pode comprometer o cumprimento da missão. Aqui foram igualmente equacionadas duas hipóteses: a presença destes, pode efectivamente comprometer uma missão, ou esta presença de forma alguma poderá comprometer a missão.

O quarto objectivo refere-se à percepção que jornalistas e militares têm da sua participação numa OAP. Foram levantadas duas hipóteses: por um lado, a visão dos jornalistas relativamente à sua participação coincide com a dos militares, ou a visão dos jornalistas não é coincidente.

Para a validação das hipóteses, usaram-se essencialmente inquéritos e entrevistas. Contudo, as conversas informais assumiram também um papel importante, uma vez que permitiram a aquisição de conhecimentos.

¹ Também é expresso o esforço de defesa colectiva.

O facto de não existirem muitos trabalhos alusivos ao tema no panorama nacional foi de certa forma motivante, na medida em que se abordam assuntos pouco referidos no meio académico.

Esta investigação iniciou-se em 2008 com conversas prévias, atingindo a fase intensiva nas dez semanas que precederam a entrega da mesma. Teve como principais barreiras o tempo e o limite de páginas. Como tal apelou-se à capacidade de síntese da qual resultou a presente organização.

SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

Assim, à Introdução segue-se a primeira parte: Enquadramento Teórico, com dois capítulos.

O primeiro é dedicado às Operações de Apoio à Paz.

O segundo é dedicado ao Relacionamento dos Militares com os *Media*.

Posteriormente, apresenta-se a segunda parte: Parte Prática, a qual se inicia com terceiro capítulo dedicado ao Método utilizado.

O quarto capítulo é dedicado à Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados obtidos.

Por último o quinto capítulo regista as Conclusões e Recomendações.

Parte I- Enquadramento Teórico

Capítulo 1

AS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

Desde a promulgação da Constituição da República Portuguesa (CRP) em 1976, que a missão do Exército de defesa militar da República contra qualquer agressão ou ameaça de agressão está perfeitamente definida. Com a entrada de Portugal em novas organizações como a ONU, e NATO, houve um aumento da participação do nosso país em missões internacionais.

O actual sistema internacional apresenta uma "...configuração fortemente marcada pela eclosão de focos de tensão e de conflitos regionais tendo por base o exacerbar de nacionalismos, diferendos étnicos, culturais e religiosos..." (EME, 2005, p.14-1). Este facto leva a que o mundo viva numa constante instabilidade e desconfiança entre os países, entidades políticas, e novos actores, sendo que "...a ameaça vincadamente militar, caracterizada por uma fronteira estratégica bem delimitada, deu lugar a ameaças e riscos de carácter multifacetado, imprevisível e transnacional" (EME, 2005, p.14-1). A guerra convencional² tende a desaparecer e passam a existir ameaças e fontes de insegurança muitas vezes difíceis de identificar e seguir o rasto.

O inimigo tradicional desaparece, e aparece no mundo um novo tipo de inimigo, sem "farda", um inimigo com ligações ao crime organizado e que recorre com frequência ao terrorismo, usando a violência, física e psicológica, sendo que a sua actuação, imprevisível, causa o pânico na população.

"As origens dos conflitos actuais tornaram-se mais difusas e diversificadas, onde o perigo, a incerteza e desordem se assumiram como parâmetros caracterizadores da "nova ordem" mundial. Hoje inimigo e a ameaça confundem-se em tudo aquilo ou aquele que, pela sua natureza, comportamento ou objectivos pode, ainda que só eventualmente, perturbar ou pôr em risco o sistema internacional" (EME, 2005, p.14-2).

As nações, com interesses semelhantes, para fazerem frente a este novo flagelo e assegurarem a paz e a segurança das suas populações, organizam-se, agrupam-se e cooperam entre si para combaterem este novo inimigo. De entre as várias OI de que Portugal faz parte, aquelas que têm assumido um maior protagonismo nas missões de preservação e manutenção da paz no âmbito internacional, são a NATO e a ONU, a OSCE, a UE e a UEO.

Com o objectivo de prevenir e evitar o aumento da violência a nível mundial e de promover a paz no novo contexto estratégico criado pelas mudanças no ambiente político e militar pós guerra-fria, tem-se verificado um incremento significativo de actividades na prevenção e resolução de conflitos, designadamente através de Operações de Resposta à Crise (*Crisis Response Operations - CRO*).

² Ver Apendice A

Este capítulo tem por objectivo caracterizar o Exército como elemento das Forças Armadas (FA) que participa em missões internacionais. Como tal faz-se um enquadramento legal de toda a legislação de interesse militar ao nível das OAP.

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

• **A Constituição da República Portuguesa³**

Tendo por base o n.º.1 do Artigo 275.º da CRP, às FA é cometida a missão primária de “...defesa militar da República contra qualquer ameaça externa”. As FA Portuguesas representam, mais do que outra instituição a soberania e a independência nacionais. Para além desta missão primária, também lhe são incumbidas outras missões, tais como satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas OI de que Portugal faça parte de acordo com n.º5 do art. 275 da CRP.

• **Lei de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)**

Especificando ainda mais, encontra-se definida na Lei n.º 111/91, mais concretamente no ponto 1 do art. n.º 2 a missão genérica das FA, que consiste em “Assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externas...”. No mesmo artigo mas no ponto n.º 2, encontra-se uma grande semelhança ao que foi descrito anteriormente pela CRP, relativamente aos compromissos internacionais.

• **Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas (LDNFA)**

A Lei n.º 3/99, de 18SET, no art. N.º 1 da LDNFA refere, “ A defesa nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.” Sendo que o art. n.º 3 refere-se aos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Relativamente às informações militares, permitidas pelas FA estão descritas na LDNFA no art. 67, que refere quem tem a responsabilidade de dar informações relativamente às FA, e quem tem a responsabilidade de supervisão destas informações. O tipo de informações prestadas por cada ramo, no território nacional, o serviço de informação pública, é de controlo da sua hierarquia⁴. No Exército é através do Gabinete do CEME (GabCEME).

³ De acordo com n.º 1 do artigo 275.º da CRP, segundo a versão da Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de Julho de 1989.

⁴ Na LOE n. 2 do Art. 10º refere a competência do CEME assegurar as actividades de relações públicas, informação pública e protocolo do Exército.

Quando se refere a missões de carácter internacional, o controlo é feito pelo EMGFA e pelo seu Gabinete. Mas, relativamente a esta questão, segundo o Major Bernardino “Não existe uma regra, um decreto-lei definido, que indique de quem é a competência de tratar destes assuntos. O EMGFA é responsável sobre as forças nacionais destacadas (FND). Tudo o que diz respeito ao comando e ao controlo das FND, e dentro destas competências assume a relação com os *Media*.”⁵

- **Lei Orgânica do Exército (LOE)**

É no Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º61/2006, que se define que além da sua missão geral, ao Exército também cabe, “participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais humanitárias e de paz, na protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise, bem como na representação do país em organismos e instituições internacionais”.

O GabCEME, responsável pela relação com os OCS, está descrito na LOE no Capítulo II na Secção II, na Subsecção I, no 10º art., que refere que “...o CEME dispõe de um Gabinete para o seu apoio directo e pessoal, segundo esta lei compete ao CEME centralizar as actividades de informação interna e de informação e relações públicas e estabelecer as normas de protocolo do Exército...”. Também afirma que Jornal do Exército depende do GabCEME.

- **Conceito Estratégico De Defesa Nacional (CEDN)**

Com vista a alcançar os objectivos da política de Defesa Nacional, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 6/2003, apresenta entre as diversas missões cometidas às FA: “As Forças Armadas estão comprometidas com a defesa da Constituição, a fidelidade ao Estado de direito democrático e o respeito pelas convenções internacionais. Estes comandos legais são o adquirido, indiscutido e indiscutível, do nosso regime político.”

- **Portugal e as OAP**

O nosso país aderiu a ONU em 1955 e desde então tem assumido compromissos a nível internacional, e na qualidade de membro de diversas OI, tem prestado o seu contributo ao esforço colectivo de promoção da paz e segurança através da participação das suas FA em operações de carácter humanitário e de apoio à paz. No CEDN, expressa o contributo a ser dado na segurança internacional, para a manutenção da paz e para a resolução dos conflitos, através de OI, ONU, NATO e UE.

Sendo assim, as nossas FA participam actualmente em vários teatros de operações: Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-leste, Afeganistão, Iraque, Chade, República

⁵ Entrevista realizada ao Major Bernardino, relações públicas do EMGFA

Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Líbano, Somália, Standing NATO Maritime Group 1, Operação Active Endeavour.⁶

Após o início da participação portuguesa nas OAP e humanitárias,⁷ foi-se publicando legislação que desse cobertura legal não só às operações em si como ao pessoal envolvido.⁸

O apoio nacional às operações humanitárias decorre em consonância com a Resolução 46/182 da Assembleia Geral da ONU de Abril de 1992.

1.2 NATO e ONU

O sucesso das OAP requer uma aceitação e implementação da doutrina NATO, por todos os envolvidos na missão. As publicações desenvolvidas por este órgão, servem para “estandardizar” e tornar comum a forma de actuar de todos os exércitos envolvidos, visto cada exército possuir a sua própria táctica, forma de actuar e procedimentos por vezes divergentes. Estas publicações podem sempre ser consultadas e servem de referência para todos os exércitos.

Este tipo de operações são conduzidas, normalmente sob a alçada da ONU ou OSCE. A ONU consegue exercer o seu poder através de Tratados, Convenções e acórdãos entre vários países.

A própria organização foi criada e legitimada através da Carta Nações Unidas (CNU). Esta Carta foi assinada em 26 de Junho de 1945, em São Francisco como resultado da Conferência Internacional das Nações Unidas, e entrou em vigor em 24 de Outubro de 1945.

Este documento é constituído por um Preâmbulo onde podemos ler o porquê da criação da CNU e quais os seus objectivos a alcançar, assim como o que as nações que a assinaram pretendem fazer para conseguir estes mesmos objectivos. É ainda constituído por dezanove capítulos, cada um deles sobre um aspecto específico da organização, assim como princípios desta, os seus órgãos ou os requisitos para se ser membro, sendo que o último diz respeito à assinatura e ratificação do documento. Estes dezanove capítulos são constituídos por 111 artigos, alguns dos quais foram alterados através de uma emenda, sendo eles os artigos 23º, 27º e 61º como resultado da Assembleia Geral em 17 de Dezembro de 1963⁹.

Mas a ONU não se rege apenas pela Carta que lhe deu “vida”, existe ainda uma enorme panóplia de Tratados, Acórdãos e Convenções que esta organização tem como ponto de referência no seu caminho para a criação de um Mundo melhor. Os vários tratados

⁶ <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/operacoes> Consultado em 17 Junho de 2009

⁷ “Nas operações de apoio à paz, a década de 90 marcou o início de um largo investimento nacional. Neste sentido, Portugal iniciou um processo de renovadas relações de parceria, em simultâneo com a vontade política de vir a participar, solidariamente, em operações sob a égide da ONU.”

<http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/operacoes/consultado> e em 17 Junho de 2009

⁸ Ver Anexo A

⁹ <http://www.un.org/aboutun/charter/index.html>, Consultado em 18 de Junho de 2009

têm temas como a Lei Internacional do Direito Humanitário, o Direito à Auto-Determinação, os Direitos das Mulheres, Direitos das Crianças, Liberdade de Informação, Liberdade de Associativismo, Casamento, Família e Juventude, sobre os Crimes de Guerra, Crimes contra a Humanidade, tratamento de Prisioneiros de Guerra entre outros. Cada um destes temas tem muitas das vezes mais do que um Tratado, Convenção ou Acórdão (Borges, 2004).

As OAP, não se encontram expressas na CNU, no entanto a ONU admite, segundo o capítulo VI da CNU, uma resolução pacífica de controvérsias, em que se tal disputa provocar "...uma ameaça à paz e à segurança internacional, procurarão antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à escolha".¹⁰ (art.º 33 Cap. VI da CNU).

O Capítulo VII abrange "Acção relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e actos de agressão"¹¹, ou seja em caso de necessidade a CNU prevê uma atitude mais violenta de actuação.

1.3 OPERAÇÕES DE RESPOSTA À CRISE (CRO)

No rescaldo da 2.^a Guerra Mundial, em 1949, foi assinado um tratado entre os Estados membros, designado como Tratado do Atlântico Norte, que visava a cooperação e apoio mútuo entre estes Estados, e compromete cada um deles, a considerar que um ataque armado contra um dos estados é um ataque armado a todos os estados envolvidos no acordo.

Iniciou-se então um conflito, conhecido como Guerra-Fria, que nunca chegou a envolver o confronto armado entre as partes envolvidas, sendo que nesta fase o acordo de autodefesa nunca foi invocado¹². Este conflito teve o seu término em 1989 com a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética (Raleiras, 2007).

"O ambiente estratégico internacional parecia evoluir para uma nova era de paz duradoura entre as nações..." (Raleiras, 2007, p. 208). Mas em 1991, eclodiu um novo conflito nos Balcãs, nomeadamente na ex-Jugoslávia, mais tarde em 1992 na Bósnia e por fim em 1999 no Kosovo. Com a sua intervenção nestes novos conflitos "...a ONU reafirmou-se no panorama internacional" (Vicente, 2006, p. 175).

A NATO começa a actuar de forma diferente, e aumenta o seu espaço geográfico de actuação juntamente com a ONU, e também começa a intervir na resolução destes conflitos em todo o globo. Este tipo de intervenções tem vindo a ser usada até à actualidade, sendo

¹⁰ http://www.sabergeografico.com/site/educacao/geopolitica/carta_nacoes_unidas.pdf Consultado em 17 Junho de 2009

¹¹ http://www.sabergeografico.com/site/educacao/geopolitica/carta_nacoes_unidas.pdf Consultado e em 17 Junho de 2009

¹² Foi pela primeira vez invocado em 11 de Setembro 2001, em resposta aos ataques de 11 de Setembro contra o World Trade Center e o Pentágono

que estas organizações estão presentes na maioria dos conflitos e zonas de tensão existentes no mundo.

Em 1999, na cimeira de Washington, é identificada a necessidade de dotar a NATO com capacidade para responder a crises que não se enquadravam no conceito de defesa colectiva (art.º 5)¹³. É então aprovado um novo conceito estratégico, segundo o qual compete à Aliança não só da defesa dos seus membros, mas também garantir a paz e estabilidade na região e periferia. (ISM, 2006)

A actuação da NATO em matéria de manutenção da paz poderia ser encarada como uma duplicação do papel da ONU, na medida em que esta organização é a principal responsável pela paz e segurança internacional. Mas a forma como a NATO tem apoiado, desde 1992¹⁴, as missões de manutenção de paz das NU, reconhecendo o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) como o órgão máximo em matéria de paz e segurança internacionais dissipou a maior parte das reservas e hoje é reconhecido por um grande número de países que ambas as organizações se complementam e não se sobrepõem. (Lightburn, 2001).

As FA dos países aliados têm um papel preponderante para o combate contra os conflitos anteriormente descritos, evitando a propagação da violência. Devido à complexidade e tipologia das diferentes operações que poderão ser executadas, surgiu o novo conceito de CRO. As CRO podem ser definidas como

“...Operações multifuncionais que abrangem actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises.”¹⁵ (EME, 2005, p.14-2).

1.4 TIPOLOGIA DAS CRO

Quando eclode um conflito entre duas facções, a “...comunidade internacional responde a situações de emergência de elevada complexidade no âmbito de um vasto leque de actividades e de acordo com a dimensão da crise...” (EME, 2005, p.14-5). A resposta da comunidade internacional deverá então ser adequada à dimensão da crise que “...podem abranger desde a ajuda humanitária até à aplicação da força militar...” (EME, 2005, p.14-7). Numa primeira fase a resposta é coordenada pela ONU ou pela OSCE. Se o nível de ameaça for elevado, torna-se necessário o envio de uma força militar credível, começando-se por solicitar o empenhamento de Organizações e países da região afectada. Infelizmente, a resposta regional não tem sido satisfatória e as NU têm recorrido com frequência à NATO. É por isso que se torna essencial que as FA dos países estejam treinadas sempre para a guerra.

¹³ Ver Apêndice A

¹⁴ É importante esclarecer que foi no Conselho do Atlântico Norte realizado em Oslo em 1992 que os membros da Aliança se demonstraram predispostos a apoiar as missões de manutenção da paz Segurança e Cooperação na Europa e, alguns meses depois, as próprias operações de manutenção de paz das NU (Lightburn, 2001)

¹⁵ As CRO, conduzidas pela NATO são diferentes das missões de Petersberg conduzidas pela União Europeia (EU).

Existem dois tipos de CRO, segundo o RC Operações. São elas:

I) Operações de Apoio à Paz (OAP) Podem ser de: Manutenção da Paz (*Peacekeeping*); Imposição da Paz (*Peace Enforcement*); Prevenção de Conflitos (*Conflict Prevention*); Restabelecimento da Paz (*Peacemaking*); Consolidação da Paz (*Peace Building*); Operações Humanitárias (*Humanitarian Operations*).

II) Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO). Podem ser de: Apoio às Operações Humanitárias (Assistência a Deslocados e Refugiados ou Operações Humanitárias - fora do âmbito das CRO); Apoio a Assistência a Desastres; Busca e Salvamento (SAR); Apoio a Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO); Operações de Extracção; Apoio às Autoridades Cíveis; Imposição de Sanções e Embargos.

1.5 OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ (OAP)

As OAP são operações que estabelecem, através da actuação de forças militares, um ambiente seguro no qual as agências civis possam reconstruir as infra-estruturas necessárias para se criar uma paz auto-sustentada.

Constituídas por operações que diferem umas das outras devido ao ambiente operacional onde decorrem, estas variam de acordo com a combinação de princípios base que as regulam e norteiam.

Outro factor a ter em conta nas OAP, que realça a credibilidade da força, são os OCS, uma vez que tudo o que se desenrola na operação é transmitido para todos os cantos do mundo, com especial destaque dado pelos jornalistas, para as situações que ocorrem de forma não esperada, nomeadamente os danos colaterais, a ocorrência de vítimas inocentes ou fratricídio.

“Factores como a mediatização dos conflitos – a guerra em directo – o acesso generalizado ao mais variado tipo de informação, detalhada ou generalista, factual ou especulativa, parcial ou desinteressada, fazem com que a Opinião Pública (OP)¹⁶ e a comunidade internacional condicionem fortemente a actuação militar na condução da guerra (danos colaterais, as populações civis, a urbanização dos conflitos), conferindo-lhes ou não justiça, conferindo-lhes ou não legitimidade” (Alves, 2006, p. 69-94).

As Forças que estejam sobre o controlo, da NATO ou da ONU e, num meio permissivo, serão testadas. Se não responderem adequadamente ao teste estão mortas, não fisicamente, mas a credibilidade da força deixa de existir (*Perdigão, 2005*).

¹⁶ Ver Apêndice A

CAPÍTULO 2

O RELACIONAMENTO DOS MILITARES COM OS *MEDIA*

“É certo que em Portugal a democracia não tem uma vida muito longa, (...) vivemos numa democracia estabilizada onde os militares se integram naturalmente. (...) A Instituição fechada sobre si mesma e cultora de valores próprios, torna-se insustentável face ao mundo de ideias que a televisão, a rádio e os jornais (...) trazem. A especialização e sofisticação crescente das actividades aproxima-nos dos profissionais de outras actividades...” (Amaral, 1996,p 48-49)

Desde o aparecimento das primeiras notícias e sobretudo a partir da profissionalização dos jornalistas, que há no seio dos OCS, um grande interesse por matérias do foro militar. Em Portugal, a relação entre militares e OCS, tem sido complexa e difícil, marcada pela incompreensão recíproca, com períodos em que as notícias eram controladas pela censura e pouco divulgadas, e períodos em que a relação se tornou mais indulgente. Na generalidade a ascensão dos jornalistas a profissionais¹⁷ e as suas relações com a instituição militar estiveram sempre relacionadas com os ciclos políticos emergentes.

Nos últimos séculos, podemos considerar dois períodos nos quais a liberdade de expressão foi restabelecida: a seguir à Implantação da República em 1910 e até à instauração do Estado Novo, e em 1974 com a Revolução de Abril, até hoje.

Com o aparecimento do Estado democrático em 1910, a OP começou a emergir. As matérias sobre as quais as massas populares começaram a revelar algum interesse, nomeadamente nas questões de natureza política, só passaram a surgir quando o sufrágio universal se tornou a essência do regime democrático.

Quem mais, senão os OCS, dá a conhecer à população o papel das FA em Portugal e no mundo?

Neste capítulo apresentamos, numa primeira fase, uma abordagem histórica do aparecimento dos primeiros jornalistas em Portugal, e a sua relação como os militares ao longo do tempo. Numa segunda fase fazemos referência à legislação das restrições à liberdade de expressão dos militares, bem como a doutrina NATO relativamente a sua relação com os *media*.

2.1 JORNALISTAS ABORDAGEM HISTÓRICA

Os primeiros indícios de jornalismo em Portugal datam, do início da nacionalidade portuguesa: “Desde a fundação da nacionalidade que houve dispositivos pré-jornalísticos em Portugal, como as crónicas¹⁸ e as cartas...” (Sousa, 2007, p.2).¹⁹

Ao longo dos últimos séculos, a imprensa portuguesa sofreu alterações resultantes das políticas que ciclicamente se foram verificando.

¹⁷ Ver Apêndice A

¹⁸ De que é exemplo a celebrada Crónica de D. João I, de Fernão Lopes

¹⁹ Ver Anexo B

Na segunda metade do século XVI começaram a ser editadas folhas noticiosas ocasionais de temas variados, algumas das quais sob a forma de livro. (*idem*)

Mais tarde, já século XVII iniciou-se a publicação de notícias. Em 1641, graças à necessidade de propagar a Restauração da Independência, começou a circular no país o primeiro jornal periódico português: *a Gazeta da Restauração*.²⁰

Com a Restauração da Independência de Portugal, a 1 de Dezembro de 1640, a escassa imprensa existente foi fortemente prejudicada, dado que neste período se iniciou uma perseguição em larga escala aos jornalistas e se determinou a suspensão de certos jornais: “*Em 1643 foram publicadas, por Dom João IV, leis que reforçavam o sistema de licenças prévias e censura*”²¹, *revigoradas por um decreto de Agosto de 1663...*” (Sousa, 2007, p.5).

Ainda no séc. XVIII, as obras literárias continuaram a ser controladas. Os jornalistas e as suas publicações eram vigiados e era praticada a censura sobre eles, sendo que os críticos do sistema eram considerados prevaricadores, e eram punidos ou mesmo presos.

Forma-se, por esta altura, a Real Mesa Censória²² para controlar as publicações. A actividade dos editores periódicos era dificultada dado o demorado tempo de aprovação das publicações por parte da Real Mesa Censória (Sousa, 2007).

Enquanto entidade de controlo, aumenta consideravelmente a vigilância sobre o jornalismo português, tendo como consequência, a estagnação da imprensa. Entre 1768 e 1777, não se fundou qualquer jornal em Portugal (Dias, 1999)²³.

No início do século XIX, o poder central continuou a exercer um férreo controlo sobre a imprensa. Por esta altura, o jornalismo português viveu sob o signo da reacção do Antigo Regime à Revolução Francesa e às suas ideias.

Com o auxílio da Inquisição²⁴, escondida sob designação de Santo Ofício, o Estado censurou a imprensa.

“Com a unificação da censura, esta converteu-se num poder ao serviço do Estado, tendo os censores a denominação de régios. As questões do Estado passam a ocupar uma posição relevante nas preocupações da censura, e não, como até aí, quase exclusivamente as de natureza teológica...” (Tengarrinha, 1989, p.102-3).

Em Portugal vive-se um regime em que a imprensa é claramente tutelada pelo poder régio e restringida por mecanismos de censura através do poder da igreja.

A censura retardou a expansão da imprensa, sendo de destacar, “...os decretos do intendente da polícia Pina Manique, que, em 1803, reforçaram a censura contra todas as

²⁰ Ver Anexo B

²¹ Ver Apêndice A

²² Ver Apêndice A

²³ É de salientar, que nesta fase quem escrevia para os jornais eram cidadãos particulares que possuíam tipografias, so mais tarde inicio do sec XX e a classe começou a ser profissionalizada.

²⁴ Ver Apêndice A

publicações, nacionais e estrangeiras, distribuídas no Reino de Portugal...” (Sousa, 2007, p.11).

No fim do século XIX e início do séc. XX, os jornalistas tornam-se profissionais e mostram empenho em se afirmarem como grupo profissional. Vários foram os factores que contribuíram para esta profissionalização: a nível político, a Implantação da República e as novas ideologias trazidas pela democracia como a liberdade de expressão; a nível económico e tecnológico, o processo de industrialização, a melhoria nas comunicações, e dos transportes; a nível social a expansão da classe média, o aumento do acesso à escolaridade e o aumento da taxa de alfabetização. Surge então uma imprensa de massas caracterizada pela criação de jornais em larga escala. A publicação de jornais torna-se uma prática corrente, sendo como uma causa e consequência para a profissionalização dos jornalistas (Tengarrinha, 1989).

Surgem então as primeiras associações de jornalistas como a “Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses...”, surgida em 1980, ou a “Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto...” lançada em 1882. (Sousa, 2007, p.78)

A Implantação da República a 1 de Outubro de 1910, conduziu a um tempo de descompressão e acalmia geral. O novo governo teve a preocupação de implementar novas medidas e abolir as restrições à liberdade de imprensa. Essas novas medidas acabam por sofrer alterações e passam a ter novamente restrições, não só devido à instabilidade interna do país como também devido ao início da 1ª Guerra Mundial²⁵ (Machado & Carvalho, 2004).

Nesta altura surge uma publicação de importância para a Instituição Militar, de nome *Ilustração Portuguesa*²⁶, com ilustrações que demonstram o grande destaque dado à participação dos militares portugueses na guerra. Embora estas ilustrações fossem sempre do embarque e desembarque das tropas e nunca da frente de batalha, facto que levou a crítica de ilustres oficiais²⁷. Como este jornal tinha uma total ausência de crítica, subentende-se a falta liberdade de expressão existente na época (Sousa, 2007, p.50).

A censura e a repressão intensificaram-se, e a intenção do primeiro governo de banir as restrições à imprensa, acaba por se tornar num infortúnio. Os jornalistas e os jornais que desafiavam o poder, eram judicialmente processados, os textos apreendidos, alguns jornalistas e editores presos. (*idem*). A vigilância por parte da polícia era constante. Como forma de protesto, os jornais eram impressos em branco, para que o público percebesse a acção da censura (Tengarrinha, 1989). “*Sucediam-se, infrutiferamente, abaixo-assinados,*

²⁵ 1ª Guerra Mundial – 1914-1918

²⁶ As fotos vinham com inscrição “Publicação autorizada por s. ex.ª o ministro da guerra” (Machado & Carvalho, 2004.p.18).

²⁷ André Brun, além de oficial do Exército era ilustre escritor e jornalista, encontrava-se na frente de Batalha e não foi autorizado a enviar reportagens da frente de batalha, para os jornais de Portugal. De regresso a Portugal criticou em jornais de renome o Corpo Expedicionário Português, em particular o fraco acolhimento que foi dado pela imprensa. (*idem*)

manifestos, comícios e conferências a favor da liberdade de imprensa, alguns deles promovidos pelas várias associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, fundadas no século XIX²⁸ (Sousa, 2007, p.50).

Segundo Miguel Machado, no fim da 1ª Guerra Mundial a censura dos assuntos de guerra foi abolida, mas a liberdade de expressão voltou a sofrer censura,

“...em 1933 a censura prévia é de novo instaurada e as Operações de Exército na Índia Portuguesa, em 1961 que culminaram com a derrota e aprisionamento de milhares de portugueses, bem assim como toda a última guerra que o exército travou em África 1961-1975, decorreu debaixo de rigorosas restrições a liberdade de imprensa...” (Machado & Carvalho, 2004, p.34).

Já com a institucionalização do Estado Novo Salazarista em 1933, há um condicionamento decisivo da vida política, social e cultural, iniciando-se um novo ciclo no qual a palavra de ordem passou a ser, *eliminar a todo o custo qualquer foco de contestação ao regime.*²⁹

Há que fazer referência nesta altura ao início da guerra do ultramar, em 1959, esta guerra foi considerada uma guerra subversiva³⁰ contida e de baixo custo ao longo de treze anos.

Na aplicação desta doutrina contra-subversiva, foi primordial o papel dos OCS, que funcionaram como contra propaganda. Os portugueses editavam jornais e alguns dos seus textos estavam em Português e outros na língua nativa, a sua ‘mensagem’ não se destinava apenas aos militares do Batalhão, mas também às populações, em seu redor. Publicavam-se várias fotografias, declarando se que a tropa é do povo e para o povo (Garcia, 2003).

“Do constitucionalismo monárquico ao 25 de Abril, a História de Portugal caracteriza-se pela sucessão de intervenções militares. Em 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas derrubaram um governo e um regime autoritários, incapazes de encontrar solução para o problema colonial. Em 25 de Novembro de 1975, impediram que se instalasse uma ditadura de sinal contrário. Em ambos os casos escaparam à tentação de se constituírem em fonte exclusiva de poder ou de assumirem directamente a governação. Compreenderam a necessidade de alicerçar na subordinação ao poder emanado do sufrágio universal a sua coesão interna.”³¹

Em 1974, a Revolução de Abril, efectuada por militares, trouxe a liberdade de expressão e de imprensa e colocou Portugal na lista dos Estados de Direito que têm uma concepção liberal do jornalismo (*idem*).

Nesta altura, os militares são considerados os libertadores da pátria e passam de insensíveis colonialistas a heróis revolucionários tornando-se os salvadores da pátria.

Libertos da censura, os OCS enchem programas da rádio, jornais e televisões com artigos e reportagem sobre os militares. As relações entre jornalistas e militares são

²⁸ Iniciando a profissionalização da classe

²⁹ Ver Anexo C

³⁰ Ver Apêndice A

³¹ http://www.ieei.pt/files/Mario_Mesquita_Espirito_de_defesa_ou_defesa_da_censura.pdf Consultado em 20 de Junho de 2009

notáveis, bem como a relação entre a população civil e os militares³², o que levou a que existisse uma apropriação política da sociedade pelo poder militar. (*Apontamentos de Sociologia Militar, 2004*)

Segundo Adriano Moreira, as FA tinham uma função integradora,

“...recebiam os mancebos duma sociedade agrária, analfabetos na generalidade, desconhecedores das problemáticas nacionais e mundiais, socialmente integrados pela família, apenas parte deles pela Escola e pela Igreja, e nas FA recebiam o complemento necessário dos valores nacionais, hábitos e padrões sociais, muitas vezes a profissionalização...” (Moreira, 1982,p.32).

Como a sede do poder político residia na Instituição Militar, diferentes forças políticas manifestaram intenção de o transferir uma sede civil. Surgiu uma crise revolucionária que proporcionou um debate avançado sobre essa dicotomia, tendo a ordem social caminhado para uma subordinação das FA ao poder político. Clarifica-se o papel das FA na sociedade e este é reduzido à sua intervenção militar, legitimada pelo poder civil constitucional. (*Apontamentos de Sociologia Militar, 2004*)

“Os militares deixam de ter acção política na sociedade, (...) enceta-se um processo de despolitização completa dos militares.” (*Machado & Carvalho, 2004, p.39*).

A sociedade contemporânea dispõe de estruturas políticas institucionalizadas, e não existe qualquer receio de uma intervenção militar. O modelo de exércitos de massa e a tendência para a redução de efectivos conduziu à percepção de que a existência de estruturas demasiado pesadas, originam problemas no campo monetário.

Surge o termo de “Forças Armadas modernas e profissionais segundo o modelo Ocidental”, e dá-se o afastamento da população civil. É o chamado “regresso aos quartéis”.

Surge a questão da importância da existência FA. Recursos financeiros, efectivos, tempo de serviço, acidentes, objectores de consciência, são temas abordados pela imprensa. A instituição militar fecha-se à imprensa, tanto devido aos ataques feitos por esta como à aplicação da legislação reguladora da liberdade de expressão dos militares. Só os jornalistas com conhecimentos obtinham matérias, através dos militares, para poderem redigir os seus textos. (*Machado & Carvalho, 2004*)

A partir daí, os militares remetem-se à sua função de defesa militar da República e só expressam a sua opinião em revistas militares, onde expõem as suas propostas como por exemplo “...estruturas de informação pública nos ramos das FA, lançamento de campanhas de informação, de formação de pessoal, e muitos outros aspectos que (...)nunca tiveram grande receptividade...” (*Machado & Carvalho, 2004,p.40*)

Por tudo isto, o afastamento entre a instituição militar e os OCS foi aumentando. “Os jornalistas estavam de costas voltadas para o Exército e este também não fazia grande esforço para contrariar este estado de coisas.” (*idem*). Como consequência o entendimento,

³² Ver Apêndice A

por parte da OP, do importante papel das FA e das políticas de segurança e defesa, torna-se débil e deficiente.

Na década de 90, o MDN lançou mão às “Novas Forças Armadas”³³, e efectuou grandes transformações no sector. Esta foi uma época em que se deu muita importância às relações da Instituição Militar com a imprensa.

Com o início da participação das FA nas missões da ONU e da NATO a relação dos Militares Portugueses com os OCS ao longo do tempo foi tendo alterações, e foi dada uma forte importância à participação portuguesa na Bósnia, em 1996³⁴.

Há que fazer referência a um programa lançado pela RDP³⁵, que se chamava “Bom dia Bósnia” no qual os militares, familiares ou amigos podiam falar, em directo, na emissão da Antena 1. “...especialmente nos primeiros meses de emissão, este programa foi, de facto, um elo muito importante nos contactos entre as forças na Bósnia e os seus familiares em Portugal...” (Santo & Machado, 1997,p.140).

Com a inexistência de outras formas de comunicação para o país, os OCS, foram benéficos na missão portuguesa na Bósnia. Para além de informarem os portugueses do que se ia passando na missão, também facilitavam as comunicações entre familiares e amigos dos militares. “...para os militares em missão, longe da sua Pátria e das suas famílias e amigos, (...) era reconfortante e tinha efeitos muito positivos na moral das tropas, o acompanhamento jornalístico nas operações. Sentiam que o seu esforço era reconhecido...” (Santo & Machado, 1997,p.142).

Nesta missão surgem os primeiros contactos entre militares portugueses e jornalistas, iniciando-se assim uma nova forma de relacionamento. O Exército tinha liberdade de acção sendo a Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas (SIPRP), a responsável por toda a actividade de ligação com os OCS.

Por esta altura, existia algum descontentamento das tropas portuguesas, devido à falta de equipamentos e incerteza acerca da duração da missão. Alguns militares relatavam, aos jornalistas, situações menos felizes, os quais aproveitavam e traziam a público notícias sensacionalistas.

Mais tarde, e já com as regras e procedimentos determinados pela NATO relativamente ao relacionamento com os OCS, o MDN definiu que a responsabilidade da informação pública passava a estar a cargo do EMGFA³⁶. A nível interno o Exército elaborou palestras sobre o relacionamento com os jornalistas e procedeu à distribuição a todos os militares, de um documento intitulado “*Linhas de Orientação nas relações com os OCS*” (Machado & Carvalho, 2004, p. 36).³⁷

³³ Slogan usado na época

³⁴ A operação “Joint Endeavour” foi a primeira vez que jornalistas e militares portugueses lidaram juntos numa OAP. Esta missão teve a visita de 189 profissionais da Comunicação social.

³⁵ Rádio Difusão Portuguesa

³⁶ Directiva nº1/CEMGFA/96 de 14Mar96.

³⁷ Ver Anexo E

No Verão de 1999, Portugal estava representado no Kosovo com uma força de 303 homens. Porém, devido aos acontecimentos em Timor- Leste os OCS de todo o mundo, estavam mais atentos a este conflito, sendo que à missão do Kosovo não foi dada muita relevância.

No fim da missão do Kosovo, surgiu a crise do urânio empobrecido(DU), que gerou polémica e especulação, sobre a existência de elementos radiológicos, restos deixados pelas munições de DU.

A Comunicação Social instalou a polémica com a morte de um militar português no seu regresso a casa. Em Portugal, em Dezembro de 2000 este tema pautou o debate político das presidenciais portuguesas, tendo motivado o envio de uma missão científica do Instituto Tecnológico Nuclear (ITN) aos Balcãs, que concluiu que os níveis de radioactividade não eram preocupantes. (Machado & Carvalho, 2004)

Mas a imagem do Exército foi penalizada, até se vir a provar a inexistência de Radioactividade, devido à resposta tardia e de modo descoordenado da hierarquia militar.

Nesta fase existiu mesmo uma troca de acusações entre jornalistas e militares: os militares afirmavam que existiam exageros e um certo aproveitamento pelos jornalistas do tema para venderem artigos, e os jornalistas referiam-se à negação por parte dos militares da existência de um problema. Esteve-se perante um caso concreto em que a relação entre as instituições azedou. (idem)

Em Timor na missão da ONU, o Exército aos olhos da imprensa teve uma boa prestação, e em geral, não houve referências negativas ao seu desempenho. (idem)

Aquando do massacre de Sta. Cruz, os OCS de todo o mundo captaram imagens e efectuaram reportagens. Todos os acontecimento foram filmados em directo e transmitidos nas televisões de todo o mundo.

A experiência adquirida nas OAP anteriores relativamente ao relacionamento com os jornalistas, fizeram com que não houvesse grandes incidentes. O EMGFA coordenava e estava sempre atento às notícias que eram publicadas. Desde então:

“...a cobertura da missão das nossas forças pelos OCS nacionais, não sendo maciça, tem decorrido de um modo muito equilibrado, quer em peridiocidade, quer em qualidade, demonstrando, entre muitas outras coisas, que houve uma evolução positiva no relacinamento entre jornalistas e militares em operações” (Machado & Carvalho, 2004, p. 102).

Segundo um estudo feito pelo Gabinete do CEME (GabCEME), em 2008 houve uma melhoria qualitativa e progressiva da imagem pública do Exército. Neste ano foram publicadas 1614 notícias sobre o Exército sendo que 58,4% destas eram favoráveis à instituição, e 57% eram sobre os contingentes nas OAP.^{38 39}

Torna-se então frequente o acompanhamento dos Média nas operações das forças portuguesas pelo mundo.

³⁸ Dados fornecidos pelo GabCEME

³⁹ Ver ANEXO B

2.2 RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MILITARES

A CRP refere no art. 37º, que todos têm o direito a liberdade de expressão e informação, mas o art. 270 da CRP, afirma que poderão existir restrições ao exercício de direitos nomeadamente para os “militares e agentes militarizados dos quadros permanentes (QP) em efectivo serviço”.

No art. 31º, da Lei LDNFA, vêm expressas as restrições ao exercício de direitos fundamentais dos militares. A violação aos deveres é punida nos termos previstos no Regulamento e Disciplina Militar e no Código de Justiça Militar.

2.3 A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO, PROTOCOLO E RELAÇÕES PÚBLICAS

A SIPRP insere-se na, Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo do Exército, no GabCEME.

Esta secção é chefiada, neste momento, pelo Tenente Coronel de Artilharia Hélder António da Silva Perdigão que é, por inerência de funções, o porta-voz e Relações Públicas do Exército. Em quadro orgânico a secção é composta por 6 oficiais, 6 sargentos, 3 praças e 4 civis, sendo que devido as dificuldades de recursos humanos, este quadro orgânico não se encontra completo.

Compete à SIPRP, preparar e difundir a informação interna e externa, bem como coordenar e apoiar as actividades de relações públicas dos comandos subordinados, contactar com os OCS, difundir comunicados de imprensa, palestras, organização de exposições ou outros certames, supervisionar a actualização da página de internet, de acordo com as orientações do CEME.⁴⁰

A especialização do chefe do GabCEME, neste momento passa por frequentar o curso da NATO “Public Affairs Policy”, mas nomeação do chefe do SIPRP é uma escolha pessoal do CEME.

2.4 PLANO GERAL DE COMUNICAÇÃO DO EXÉRCITO 2007-2009⁴¹

O Plano Geral de Comunicação do Exército (PGC), é uma directiva⁴² emanada a 6 Junho de 2007, pelo General CEME.

Considera-se que “...o Exército Português como Instituição Nacional estruturante do Estado carece de uma sistemática divulgação e promoção da sua imagem junto da OP, para que sejam potenciados e consolidados o respeito e a credibilidade que lhe são devidamente atribuídos e merecidos pela população em geral” (PGC 07-09, 2007, p. 14).

⁴⁰ Diapositivos fornecidos pelo TCor Perdigão

⁴¹ Informação gentilmente cedida pelo GabCEME

⁴² Directiva N.º90/CEME/07

Para construir uma imagem forte do nosso Exército adoptou-se uma estratégia de comunicação com vista ao fortalecimento da reputação da imagem do Exército, para aumentar a adesão da sociedade às missões que lhe são superiormente definidas.

A missão deste plano é definir e implementar uma estratégia de comunicação proactiva, ajustada às novas realidades envolventes, flexível e dinâmica, que potencie a visibilidade e a afirmação da imagem institucional do Exército junto da Sociedade e das instituições nacionais em geral e, dos públicos mais jovens, em particular. (PGC 07-09, 2007)

Desenvolver uma política de comunicação interna eficaz dirigida a todos os militares e civis que servem a Instituição, de forma a garantir a sua Informação, motivação e comprometimento com os objectivos definidos do Exército.

No Exército a actividade de Comunicação é dirigida directamente pelo CEME ou através do GabCEME.

- COMUNICAÇÃO INTERNA- A comunicação interna é feita através da “Acção de Comando” e dos órgãos e meios de Informação Interna, dos quais se destacam o Jornal do Exército e a Internet. Tem o objectivo de informar e esclarecer os militares e civis que servem o Exército.
- COMUNICAÇÃO EXTERNA- É feita através dos OCS e tem o objectivo de dar a conhecer a realidade do Exército e incrementar a sua visibilidade junto da Sociedade. Neste ponto é de referir a divulgação de actividades relacionadas com o cumprimento de missões de interesse Público, das quais fazem parte as OAP.

2.5 “MILITARY PUBLIC AFFAIRS POLICY” DA NATO ⁴³

A Military Public Affairs policy (NATO Military PA) é um órgão responsável pela promoção da visão e dos objectivos da NATO junto das audiências, de forma a maximizar a sua consciencialização e compreensão sobre os aspectos militares da Aliança, o que inclui o planeamento e a condução da relação com os *Média*, as comunicações internas e as relações com a comunidade. (MC 457/1, 2007).

As funções desempenhadas na condução desta relação, baseiam-se no fornecimento de informações, como responder a inquéritos, entrevistas e conduzir *briefings*. Ao nível interno a função deste órgão é facilitar a comunicação do pessoal militar e civil que trabalha na organização da NATO com as suas famílias. E em ligações seguras entre os quartéis NATO.

⁴³ Tradução livre

- **PRINCÍPIOS DA NATO MILITARY PA⁴⁴**

A *NATO Military PA*, adopta 5 princípios, que menciona como importantes:

- Contar e mostrar a história da NATO, seguir sempre as direcções políticas e militares que esta emana;
- Fornecer informações precisas e no tempo apropriado. Este é um princípio crítico para o funcionamento da credibilidade da NATO junto da OP, do público interno, e dos OCS;
- Garantir que as informações fornecidas são coerentes e coordenadas, pois existe a possibilidade de existir outras fontes de informação;
- A informação deve ser segura, as disposições de segurança operacional serão consideradas e respeitadas antes de fornecer a informação;
- Deve ter uma conduta consciente e respeitar o ambiente cultural e tradicional. As informações dadas deverão ter em conta o ambiente em que irão ser divulgadas.

As políticas de abordagem com os OCS segundo esta doutrina são de 3 tipos:⁴⁵

Muito Activas - em que existe um esforço deliberado para promover a visibilidade e para impulsionar as informações. Existe uma situação favorável para a projecção da imagem, e procuramos meios para a impulsionar;

Activas – existe a partilha de informação para o público de forma sensibilizada;

Reactivas - quando não há interesse em que o público tenha acesso a determinada informação, não são desenvolvidos esforços para promover essa mesma tomada de consciência. (*MC 457/1, 2007*)

2.6 PLANO DE COMUNICAÇÃO DO MDN

Este plano de comunicação do MDN, para além de se revelar um plano pioneiro, é também a linha orientadora para o reforço da imagem e reputação da organização e da política de comunicação do MDN. (*MDN, 2009*)

Foi produzido com o intuito de “... satisfazer o direito dos cidadãos à informação” (*MDN, 2009, p.2*). Tenta evitar a “...improvisação aleatória no momento de materializar as relações da instituição com a sociedade...”, apresentando-se assim como “...a primeira estratégia comunicacional do MDN tendo por objectivo contribuir para a reflexão sobre comunicação estratégica, aprofundando aspectos teóricos conceptuais e práticos, visando a sua aplicabilidade e adequação à instituição”. (*idem*)

Baseando-se num estudo da *European Communication Monitor de 2008*, o referido escrito considera que, em 2011, a maior influência nas decisões que partem do topo da cadeia de gestão das organizações, terá como catalisador a comunicação corporativa, posição até agora ocupada pelo *marketing*.

⁴⁴ Tradução Livre

⁴⁵ Cedido pelo TCor Perdigão

Este plano prevê que, na referida data, a comunicação e os *Media* online sejam os veículos privilegiados para comunicar com as audiências, em detrimento da imprensa escrita (a mais usada neste momento pelas organizações), o que conduz à necessidade de proceder a alterações.

Para melhorar a imagem da organização do MDN, este plano dá particular destaque à comunicação interna, tentando uniformizar a forma, o conteúdo e a voz de toda a estrutura do ministério. Poderá ainda servir como modelo para futuros planos de comunicação, não só dentro do ministério como na administração pública em geral.

Considera-se como fundamental na sua concepção a inserção de três vectores: o entrosamento da comunicação com a estratégia de gestão, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa e a evolução digital dos *Media* (MDN, 2009).

2.7 JORNALISTAS VERSUS MILITARES

Ao logo do tempo as comuns acusações, entre a má influência dos jornalistas no trabalho feito pelos militares, e a dificuldade dos jornalistas de exporem a verdade, devido a falta de colaboração dos militares, são constantes.
(Pereira, 2005,p.26)

As relações de militares com jornalistas iniciaram-se desde muito cedo. Porém, nestas relações existem particularidades.

Saber o momento e em que circunstâncias a OP assume uma imagem positiva ou negativa das FA, não pode deixar de ser uma preocupação central, tanto dos responsáveis militares como do poder que os tutelam. Dessa imagem, irá depender a relação estabelecida entre a Instituição Militar e a sociedade.

“Em democracia, a OP tornou-se interveniente, poderosa, activa e desperta, de tal forma que os Governos são consecutivamente questionados pelas suas acções políticas...” (Santo & Machado, 1997, p.137). E sendo o objectivo primário dos jornalistas vender a notícia, já que as suas instituições são empresas que na maioria dos casos não colocam de lado a prossecução do lucro, muitas vezes a notícia que transmitem poderá não ser a mais correcta ou não ser confirmada pela fonte correcta.

É comum um jornalista obter a informação dos problemas pessoais dos elementos nas nossas forças, através de conversas de bar ou por fontes não reconhecidas para o efeito e por isso, a busca pelo sensacionalismo nas notícias poderá ser constante.

Os jornalistas tendo objectivos, princípios, e métodos de exploração diferentes de empresa para empresa, de meios para meios (Televisão, Rádio, Jornais), têm que se subordinar a um objectivo: a captação e conservação de audiências e venda do seu produto. As notícias, para além de relatarem factos, são preparadas, para se transformarem, em boas histórias, sua principal fonte de receitas (Coutinho, 1996/97).

As relações entre jornalistas e militares são tendencialmente conflituosas, e “...é difícil identificar as origens da persistente tensão entre militares e OCS...” (Coutinho, 1996/97, p. 22). No passado recente, existia um clima de mútuo antagonismo entre eles: os militares tinham tendência para suspeitar que o jornalista estava a adulterar a verdade da notícia realçando os aspectos negativos, e os jornalistas suspeitavam de que os militares omitiam informação.

“Com a profissionalização das FA, os militares são cada vez mais especializados em matérias militares e são muito poucos os jornalistas especializados em assuntos de defesa”.⁴⁶ Um jornalista tanto trata de uma notícia sobre a defesa nacional, como de uma notícia desportiva. Actualmente os jornalistas fazem o papel de *Freelancer*. Muitas vezes questionam assuntos de defesa mas não possuem sustentação teórica relativamente ao tema.⁴⁷

Os militares por um lado vivem sobre regras e regulamentos muito específicos, com uma cultura homogénea e fechada. As respostas dadas a um jornalista têm de ser sempre seleccionadas pelo CEME. Já os jornalistas não têm esta hierarquia tão rigorosa.

Mário Mesquita enuncia os aspectos que considera mais marcantes neste relacionamento. No que respeita aos factores institucionais e de formação profissional, o autor destaca o mútuo desconhecimento das problemáticas e dos respectivos códigos deontológicos, a opacidade característica da forma de organização das FA, que dificulta o acesso dos jornalistas às fontes de informação militares, a imagem deturpada que geralmente os militares fazem dos jornalistas e vice-versa, a deficiente estruturação das carreiras jornalísticas, a existência de zonas sensíveis e potencialmente conflituais nas relações entre as Forças Armadas e os meios de comunicação social, como sendo os segredos de defesa e os problemas relacionados com a própria organização interna das FA. O jornalista refere ainda, a perspectiva instrumental com que os militares, regra geral, encaram a Comunicação Social, e a perspectiva dos jornalistas que procuram defender a autonomia possível dos órgãos de informação. Quanto aos factores de natureza política e ideológica, Mário Mesquita enuncia: os reflexos nas FA e nos meios de comunicação social da crise Institucional política, social e económica atravessada pela sociedade portuguesa, a tendência por vezes registada a nível do poder executivo para se desculpabilizar, desviando as atenções seja para as FA, seja para os OCS. A carga histórica passada e recente de ambas as instituições, que se traduz, de um lado, na desconfiança dos jornalistas em relação às intervenções militares na área da Comunicação Social, e de outro, o receio dos militares de que os meios de comunicação social acabem por desempenhar um papel dissolvente dos valores defendidos pela instituição militar. O autor também refere, a tendência das FA para responsabilizarem apenas os OCS, cujo poder sobrevalorizam, pelos

⁴⁶ Entrevista com TCor Perdigão

⁴⁷ Segundo dados do GabCEME, em Portugal existem aproximadamente só 15 jornalistas especializados nestes assuntos, espalhados pela Televisão, Rádio, Imprensa.

aspectos negativos da sua imagem, certa forma demagógica de encarar o debate do orçamento de defesa, nomeadamente através da análise simplista que corresponde à mera contra posição das despesas militares às despesas da saúde e da educação.⁴⁸

Estes e outros factores já descritos conduzem a um afastamento entre os dois grupos. Mas é de salientar que este afastamento não é assim tão evidente como noutros países, como os EUA, ou Inglaterra. No caso português, sendo este um país pequeno, o conhecimento mútuo entre as organizações e o relacionamento entre as pessoas que nelas trabalham é a chave fundamental neste jogo de relações.

Existe também uma variação entre as situações que se verificam em tempo de paz e em tempo de guerra. As relações entre os OCS e os militares tornam-se mais homogéneas, e ganham clareza, quando se trata de acções que colocam em jogo de maneira directa e imediata, a segurança nacional.

Quando são operações longe do território nacional não existe a adesão e a imediata compreensão da opinião pública muitas vezes carece da explicação por parte de órgãos competentes para o efeito como os OCS.

Mas os militares também precisam de perceber como é que os jornalistas trabalham, um jornalista de televisão tem sempre como objectivo o telejornal das 20h, um jornalista da rádio tem em vista a informação de hora a hora, estar a actualizar a informação na rádio, um jornalista de imprensa, todos os dias tem que enviar matérias para a redacção para serem publicadas no dia seguinte. (conversa informal com Ten-Coronel Perdigão).

O jornalista necessita sempre de ter qualquer informação para escrever, e convém que seja informação dada por fontes seguras porque se assim não acontecer, a probabilidade dele inventar ou procurar histórias para escrever é grande. Torna-se mais conveniente fornecer ao jornalista informação para ele poder desenvolver, do que não responder e deixar ao acaso. Se for dada algum tipo de informação, certificamo-nos que no mínimo aquilo que ele escreve estará certo, pois nos só nos referimos, a factos confirmados. (idem)

2.8 OCS NA ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA⁴⁹

A NATO assume que devem existir OCS nas missões. Mas estes devem ter determinadas características, devem ser acreditados, com regras estabelecidas, e metas definidas. Assume mesmo que devem existir interacções entre jornalistas e militares, nomeadamente cursos, para que os jornalistas não só percebam exactamente como funciona a Instituição Militar, mas também para que os jornalistas e toda a sua equipa que

⁴⁸http://www.ieei.pt/files/Mario_Mesquita_Espirito_de_defesa_ou_defesa_da_censura.pdf Consultado em 20 de Junho 2009

⁴⁹ Informação cedida pelo TCor Mendes Dias

enfrentam situações de risco estejam preparados para lhes responder da melhor forma.⁵⁰ (MC457/1, 2007)

É nessa perspectiva que no Exército se realizam Cursos de Jornalistas em Zonas de Conflito (CJZC). Desde 2006, que na Escola Prática de Infantaria (EPI) se realizam CJZC, em coordenação com o centro de formação do grupo RTP, sob a supervisão do Comando de Instrução e Doutrina e com o apoio da Brigada Mecanizada, da Brigada de Reacção Rápida, da Brigada de Intervenção, da Escola Prática de Artilharia, da Escola Prática de Engenharia, da Escola Prática de Transmissões, da Escola Prática dos Serviços, do Regimento de Lanceiros Nº2, do Centro de Psicologia Aplicada do Exército, do Centro de Tropas Comandos, e do Centro de Tropas de Operações Especiais, envolvendo um efectivo de cerca 200 militares. (Dias, 2007)

Neste curso, com a duração de uma semana, participam vários tipos de jornalistas, jornalistas de televisão, rádio, imprensa, sendo que os resultados têm sido muito benéficos, a relação entre militares e jornalistas encurta e, o conhecimento mútuo também é de certa forma melhorado.

O curso tem como objectivo formar jornalistas para actuarem em zonas de conflito em ambiente suburbano, urbano e “*embedded*”⁵¹ bem como, proporcionar aos formandos, informação específica relativamente às condições existentes nas actuais zonas de conflito e de guerra, recriando as difíceis condições em que os Jornalistas têm de realizar o seu trabalho. (*idem*)

Além da informação técnica, as matérias ministradas durante o curso compreendem técnicas de orientação e navegação, armamento e tiro, sapadores, comunicações, técnicas de sobrevivência adaptadas a cenários de conflito, condução todo o terreno, defesa CBRN (Química, Biológica, Radiológica e Nuclear), primeiros socorros, gestão do stress, terrorismo e a caracterização da actual conflitualidade. (*idem*).⁵²

⁵⁰ Tradução Livre

⁵¹ Ver Apêndice A

⁵² Ver Anexo F

PARTE II – PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 3

MÉTODO

O presente trabalho de investigação aplicada, tem como objectivo responder à questão central, como às derivadas, ambas descritas no capítulo destinado à Introdução. Desta forma, apresentam-se neste capítulo, de um modo sucinto, o método de abordagem desta investigação, e posteriormente faz-se uma alusão aos procedimentos e técnicas usados para a obtenção de informação, bem como os meios utilizados nas demais etapas que conduziram esta investigação.

3.1 ABORDAGEM PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

A análise de documentos escritos relativamente ao tema foi o ponto de partida da investigação. Sendo a informação bibliográfica escassa, foi necessário analisar os documentos existentes até à data, os trabalhos realizados neste âmbito, e foi ainda essencial a elaboração de uma pesquisa exaustiva no Instituto de Estudos Superiores Militares, no GabCEME, na EPI, e no EMGFA.

O método inquisitivo teve especial relevância com os inquéritos e entrevistas realizados a uma amostra previamente seleccionada. Optou-se por ambos para se adquirirem dados mais coerentes e correctos. Esta ampla metodologia da parte prática reflecte melhor e com mais clareza a opinião das personalidades envolvidas.

Foram também objecto de análise diversas conversas informais com individualidades detentoras de conhecimentos na relação dos militares com os OCS. Neste caso, o que se pretendia era uma visão mais geral do problema investigado, tendo como objectivo a colecta de dados.

A primeira destas conversas realizou-se em Junho, com o Tenente Coronel Mendes Dias na EPI. Desde então muitas outras se têm vindo a realizar, de forma a adquirir informações sobre o que as pessoas sabem, as dificuldades que reconhecem, as relações que se estabelecem entre o Exército e as OCS, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

Presenciou-se também uma palestra na Academia Militar do jornalista José Rodrigues dos Santos em Maio de 2008.

Surgiu também a necessidade de ir a instituições e repartições mais significativas, onde a relação com os OCS é constante (GabCEME, no sentido de recolher informação e perceber o seu funcionamento, na EPI para perceber o CJZC, na RTP para obter as opiniões de jornalistas, e no Gabinete EMGFA que faz a ponte com as FND e a Comunicação Social).

3.2 INQUÉRITOS⁵³

Uma vez que a metodologia por inquérito considera as opiniões de terceiros sobre o objecto que se investiga (Sarmiento, 2008), neste inquérito colocaram-se algumas afirmações relacionadas com as hipóteses de investigação, as quais no final da investigação vão ser confirmadas (total ou parcialmente) ou refutadas. Algumas dessas afirmações foram traduzidas e adaptadas de um inquérito, aplicado nos EUA, por Aukofer (1995).

Compilaram-se dezassete questões relevantes para a investigação, que foram submetidas a um teste de coerência e validação por parte de um pequeno grupo de foco.

Após este pré-teste, algumas afirmações foram reformuladas obtendo-se assim o questionário definitivo. Procedeu-se de seguida ao trabalho de campo, através do preenchimento dos inquéritos por parte de 28 oficiais do Exército e 30 funcionários da RTP.

Seguidamente as respostas foram submetidas a uma análise de conteúdo, onde se compararam todas as respostas e retiraram-se as respectivas conclusões.

- Caracterização da Amostra

O preenchimento dos inquéritos foi feito por Oficiais do Exército e funcionários da RTP (jornalistas, editores, comentadores todos eles no activo), aos quais se denominou de jornalistas. Dado que na investigação interessa analisar se a presença de jornalistas é benéfica para as OAP, é conveniente ter em conta a percepção dos militares e dos profissionais da Comunicação Social.

Participaram neste estudo 58 indivíduos, sendo 30 jornalistas e 28 oficiais do Exército.

Nos profissionais da Comunicação Social, a idade varia entre os 32-59 e a média de idades situa-se nos 41. Relativamente ao sexo, 18 indivíduos (60%) são do sexo feminino e 12 são do sexo masculino (40%). Quanto às habilitações literárias, temos 14 inquiridos com o grau licenciatura (46,7%), 11 com o grau de mestrado e 5 com o 12ºano.

Relativamente aos oficiais do Exército participantes, a idade varia entre os 30 e os 55 anos, sendo a média 40 anos. Todos os inquiridos, neste caso, são do sexo masculino e todos possuem pelo menos o grau de licenciatura.

3.3 ENTREVISTAS⁵⁴

Foram efectuadas entrevistas semi-estruturadas, nas quais o entrevistador seguiu um guião fixo de perguntas e outras perguntas foram surgindo no decorrer da conversa, os entrevistados responderam com o objectivo de focar os assuntos levantados nas hipóteses de investigação.

⁵³ Ver Apêndice B

⁵⁴ Ver Apêndice C

Estas entrevistas foram realizadas num contacto directo do entrevistador com o entrevistado, procedendo-se a uma gravação desta, e a partir da qual foi elaborado um documento escrito das opiniões dadas. Apenas uma entrevista foi realizada por e-mail.

- Caracterização da Amostra

Foram realizadas entrevistas a 3 Oficiais do Exército. Dentro desta amostra destacam-se personalidades, tais como: Tenente Coronel na reserva Miguel Machado autor do livro “O Exército e a Imprensa” e autor de vários artigos publicados em revistas alusivos ao tema, Tenente Coronel Perdigão gabinete do CEME, Major Bernardino Gabinete de Relações Públicas do EMGFA.

- Meios Utilizados

Os inquéritos foram reproduzidos em fotocópias e foram sendo distribuídas preferencialmente a Oficiais do Exército que tenham estado em OAP, e que têm conhecimento do assunto.

Para a realização das entrevistas as respostas foram gravadas, e foram transferidas para o computador e lidas pelo *Windows Media Player*.

Para a análise de dados foi necessário recorrer a um *software* estatístico, o *SPSS 15.0 for Windows*, sendo que os gráficos foram elaborados em *Microsoft Office Excel 2007*.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS INQUÉRITOS⁵⁵

As respostas decorrentes do inquérito foram submetidas a uma análise estatística. Seguidamente apresentam-se em gráficos o perfil das respostas dadas às dezassete questões.

Quanto à graduação da escala, esta possui os seguintes níveis:

- 1 - Discordo totalmente (DT)
- 2 - Discordo (D)
- 3 - Nada a referir (NR)
- 4 - Concordo (C)
- 5 - Concordo totalmente. (CT)

- Respostas dos Inquiridos:

No que respeita à afirmação “**1. Os OCS têm-se revelado importantes numa missão**”;
Jornalistas: 17 inquiridos responderam que concordam (56,7%), sendo que 8 responderam que concordam totalmente (26,5%). Os restantes 5 responderam “nada a referir” (16,7%). O máximo nesta afirmação é de 5 e o mínimo é de 3 pois ninguém respondeu “discordo”, ou “discordo totalmente”. O desvio padrão é cerca de 0,661 e a média é de 4,1.

Militares: 20 participantes responderam que concordam (71,4%), 8 responderam que concordam totalmente (28,6%). O máximo nesta afirmação é de 5, e o mínimo é de 4 o que indicia que não existem mais respostas dadas a esta questão. A média é de 4,2 e o desvio padrão é de 0,46.

Na resposta à afirmação “**2. Os militares deveriam ter mais formação para lidar com os OCS**”;
Jornalistas: 14 indivíduos concordam com esta afirmação (46,7%), e 10 concordam totalmente (33,3%), perfazendo um total de 80% de respostas concordantes. 5 inquiridos responderam “nada a referir” (16,7%), e 1 respondeu “discordo” (3,3%). A resposta “discordo totalmente” não foi assinalada. O desvio padrão é de 0,803 sendo que a média é de 4,1.

Militares: neste caso 16 inquiridos responderam “concordo” (57,1%), e 9 responderam “concordo totalmente” (32,1%), 3 inquiridos responderam “nada a referir” (10,7%). O máximo de respostas neste caso ronda o 5, e o mínimo 3, as respostas “discordo” e “discordo totalmente” não foram eleitas. A média é 4,2 e o desvio padrão 0,62.

Na afirmação “**3. Os OCS trazem vantagens ao Exército**”;
Jornalistas: a resposta mais utilizada foi “nada a referir” (40%), e em simultâneo a escala “concordo” (40%), 4 indivíduos

⁵⁵ Ver Gráficos em Apêndice C

responderam que concordam totalmente (13,3%), e apenas 2 responderam que discordam com a afirmação (6,7%). A resposta “discordo totalmente” não foi assinalada. A média de respostas anda no valor de 3,6 e o desvio padrão é de 0,813.

Militares: 22 inquiridos responderam que concordam (78,6%), e 6 responderam “nada a referir” (21,4%). O máximo é 4 e o mínimo é 3, o que indica a inexistência de determinadas respostas. A média é de 3,78 e o desvio padrão 0,417.

Na afirmação “**4. É indispensável a presença dos OCS numa missão**”, as opiniões entre jornalistas e militares, são muito divergentes; **Jornalistas:** na sua maioria os inquiridos concordam totalmente (43,3%) e 3 indivíduos concordam (10%), por outro lado 8 indivíduos responderam “nada a referir” (26,7%), 6 inquiridos responderam que discordam com a afirmação (20%). Neste caso o desvio padrão é de 0,935 e a média é de 3,4.

Militares: 19 indivíduos responderam “discordo” (67,9%), 5 responderam “concordo” (17,9%), 3 responderam “nada a referir” (10,7%) e apenas 1 respondeu “discordo totalmente” (3,6%). A resposta “concordo totalmente” não foi assinalada. A média ronda 2,85 e o desvio padrão é de 1,007.

A resposta à afirmação “**5. Os OCS atrapalham a missão**”; **Jornalistas:** 12 indivíduos responderam que discordam (40%), a resposta “nada a referir” somou igualmente 12 marcações (40%). O “discordo totalmente” e o “concordo” obtiveram 3 respostas cada (10%). A resposta “concordo totalmente” não foi seleccionada. A média de respostas é de 2,5 e o desvio padrão é de 0,820.

Militares: Neste caso 12 indivíduos responderam “discordo” (42,9%), e 14 responderam “nada a referir” (50%), apenas 1 indivíduo respondeu a cada uma das respostas “concordo” e “concordo totalmente”. A resposta “discordo totalmente” não foi seleccionada. A média é de 2,67 e o desvio padrão é de 0,722.

Já na afirmação “**6. A presença dos OCS provoca alguma alteração no comportamento dos militares**”; **Jornalistas:** 19 indivíduos responderam “concordo” (63,3%), 7 foi o número de indivíduos a responderam “nada a referir” (23,3%), 2 indivíduos responderam “discordo” (6,7%), 1 assinalou “concordo totalmente” outro em “discordo totalmente” (3,3%). O desvio padrão neste caso é de 0,8172 e a média é de 3,5667.

Militares: 23 indivíduos responderam “concordo” (82,1%), 1 respondeu “concordo totalmente” (3,6%), os restantes 4 responderam “nada a referir” (14,3%). O máximo é 5 e o mínimo é 3; as respostas discordantes não foram leccionadas. A média de respostas é 3,89 e o desvio padrão 0,416.

As respostas a afirmação “**7. Devem os OCS acompanhar sempre uma força**”; **Jornalistas:** na sua maioria responderam “nada a referir” com 13 indivíduos (43,3%), 10 indivíduos responderam “discordo” (33,3%), a resposta “concordo” teve 4 indivíduos (13,3%), “concordo totalmente” teve 2 respostas (6,7%). O desvio padrão neste caso é de 0,937, a média é de 2,86.

Militares: neste caso 20 inquiridos responderam “discordo” (71,4%) e 4 deles responderam “discordo totalmente” (14,3%), a resposta “nada a referir” também foi seleccionada com 4 respostas (14,3%). O mínimo foi 1 e o máximo foi 4, o que justifica a inexistência das respostas concordantes. A média foi 2 e o desvio padrão de 0,544.

Já na afirmação **“8. Os OCS estão mais interessados em histórias negativas de irregularidades ou escândalos do que em contar histórias sobre conquistas positivas ou operações eficientes do Exército Português”**; **Jornalistas:** 11 indivíduos discordaram (36,7%) com esta afirmação, 7 indivíduos discordaram totalmente (23,3%), 8 inquiridos concordaram com a afirmação (26,7%), 3 responderam “nada a referir” (10%), e 1 concordou totalmente com a afirmação. A média de respostas situa-se 2,5 e o desvio padrão é elevado: 1,223.

Militares: 14 indivíduos responderam “concordo” (50,0%), 4 responderam “concordo totalmente” (14,3%), 5 responderam “nada a referir” (17,9%), e 5 responderam “discordo” (17,9%). A resposta “discordo totalmente” não foi assinalada. O desvio padrão foi de 0,954 e a média rondou 3,607.

Face à afirmação **“9. Os OCS são tão necessários para a manutenção da liberdade de Portugal como os militares”**; **Jornalistas:** 15 inquiridos responderam “concordo” (50%), 6 responderam “concordo totalmente” (20%), 6 responderam “discordo” (20%), 3 inquiridos responderam “nada a referir” (10,0%). O máximo foi 2 e o mínimo foi 5, pois não existiram respostas de “discordo totalmente”, situando-se a média nos 3,7.

Militares: 16 inquiridos responderam “discordo” (57,1%), 7 responderam “nada a referir” (25,0%), 3 inquiridos responderam “concordo” (10,7%), e 2 responderam “concordo totalmente” (7,1%). A resposta “discordo totalmente” não foi seleccionada. A média ronda os 2,67 mas a variância é elevada: 0,944.

À afirmação **“10. A maioria dos membros do público são tão ignorantes que as suas opiniões sobre a defesa nacional são insignificantes”**; **Jornalistas:** 15 indivíduos responderam “discordo” (50%), sendo que 8 responderam “nada a referir” (26,7%), 4 indivíduos responderam “discordo totalmente” (13,3%), 2 indivíduos responderam “concordo” (6,7%), apenas 1 indivíduo respondeu “concordo totalmente” (3,3%). A média das respostas é de 2,366.

Militares: neste caso as respostas seleccionadas foram diversificadas, mas a soma das respostas discordantes leva vantagem com 17 respostas, 11 delas no “discordo” (39,3%) e 6 no “discordo totalmente” (21,4%), 5 indivíduos responderam “nada a referir” (17,9%), 4 responderam “concordo” (14,3%) e 2 responderam “concordo totalmente” (7,1%). A média ronda o 2,00.

Na afirmação **“11. Os militares não apreciam o papel dos OCS”**; **Jornalistas:** 14 inquiridos responderam “concordo” (46,7%), 9 responderam “nada a referir” (30,0%), e 7 jornalistas responderam “discordo” (23,3%). O mínimo é de 2, o máximo é de 4 o que indica

que nenhum inquirido respondeu “discordo” e “concordo totalmente”. A média de respostas é 3,233 e o desvio padrão é 0,817.

Militares: 16 responderam “discordo” (57,1%), 6 responderam “nada a referir” (21,4%), outros 6 responderam “concordo” (21,4%). Neste caso também o mínimo é de 2 e o máximo é de 4, o que indica que nenhum inquirido respondeu “discordo” e “concordo totalmente”. A média é 2,642 e o desvio padrão 0,826.

Relativamente à afirmação, “**12. O público não entende muito bem o papel positivo dos OCS nas operações militares**”; **Jornalistas:** a esta resposta 14 inquiridos responderam “discordo” (46,7%), 8 responderam “nada a referir” (26,7%), e 7 indivíduos responderam “concordo” (23,3%), apenas 1 indivíduo respondeu “discordo totalmente” (3,3%). O mínimo é 1 e o máximo é 4, o que indicia que não houve respostas de “concordo totalmente”. A média de respostas é 2,7 e o desvio padrão é de 0,876. **Militares:** 10 inquiridos responderam “discordo” (35,7%), 9 responderam “nada a referir” (32,1%), 8 responderam “concordo” (28,6%), e 1 respondeu “concordo totalmente” (3,6%). A resposta “discordo totalmente” não foi assinalada. A média ronda os 3,00 e o desvio padrão os 0,902.

Face à afirmação “**13. Os militares, especialmente nas categorias superiores, muitas vezes sentem-se intimidados pelos OCS**”; **Jornalistas:** 17 deles responderam concordam (56,7%), 8 responderam “nada a referir” (26,7%) e 2 deles responderam “concordo totalmente” (6,7%), 3 indivíduos responderam “discordo” (10%). O máximo de respostas são 5 e o mínimo são 2, o que indica que a resposta “discordo totalmente” não foi utilizada.

Militares: 13 responderam “concordo” (46,4%), e 5 responderam “concordo totalmente” (17,9%), 4 responderam “nada a referir” (14,3%) e 6 responderam “discordo” (21,4%). A resposta “concordo totalmente” não foi seleccionada. A média ronda 3,60 e o desvio padrão os 1,03.

Já na afirmação “**14. Os militares são honestos ao lidar com os OCS**”; **Jornalistas:** 17 indivíduos responderam “nada a referir” (56,7%), 8 responderam que concordam (26,7%) e 5 responderam “discordo” (16,7%). O valor máximo é 4 e o mínimo é 2, o que indica que a resposta “discordo totalmente” e “concordo totalmente” não foram respondidas. O valor médio é de 3,1 e o desvio padrão de 0,661.

Militares: 19 indivíduos responderam “concordo” (67,9%), 5 responderam “concordo totalmente” (17,9%), 4 responderam “nada a referir” (14,3%). As respostas discordantes não foram utilizadas. A média de respostas é 4,05 e o desvio padrão é de 0,576.

Na afirmação “**15. Poucos elementos dos OCS têm conhecimentos sobre assuntos de defesa nacional**”; **Jornalistas:** a maioria das respostas situou-se no “concordo” (53,3%), 5 inquiridos responderam “concordo totalmente” (16,7%), 6 “nada a referir” (20%) e 3 responderam “discordo” (10%). O mínimo nesta afirmação é 2 e o máximo é 5, o que indica a inexistência de resposta “discordo totalmente”. O valor da média rondou 3,76 e o desvio

padrão 0,853.

Militares: 21 inquiridos responderam “concordo” (75%), 6 responderam “concordo totalmente” (21,4%) e apenas 1 indivíduo respondeu “discordo” (3,6%). As respostas “discordo totalmente” e “nada a referir” não foram leccionadas. A média é 4,1 e o desvio padrão 0,59.

Na penúltima afirmação “**16. Os militares são capazes de decidir o que os OCS necessitam de saber sobre as operações**”; **Jornalistas:** 14 indivíduos responderam “discordo” (46,7%), 9 indivíduos responderam “concordo” (30%), 4 responderam “concordo totalmente” (13,3%), 3 inquiridos responderam “nada a referir” (10,0%) e 4 concordaram totalmente (13,3%). A resposta “discordo totalmente” não foi assinalada.

Militares: 15 responderam “concordo” (53,6%), 6 responderam “concordo totalmente” (21,4%), e 7 responderam “nada a referir” (25,0%). As respostas discordantes não foram seleccionadas. A média é 3,94 e o desvio padrão é de 0,692.

Por fim na afirmação “**17. Não se podem confiar aos jornalistas informações que possam comprometer a segurança de uma operação militar**”; **Jornalistas:** a maioria das respostas tenderam para o “concordo” com 10 marcações (33,3%), 7 indivíduos responderam “concordo totalmente” (23,3%), 5 responderam “nada a referir” (16,7%), 7 discordaram com a afirmação (23,3%), e um respondeu “discordo totalmente” (3,3%).

Militares: a maioria das respostas tendeu para o “concordo totalmente” com 18 respostas (64,3%), o “concordo” obteve 4 respostas (14,3%), também o “discordo” obteve 4 respostas (14,3%) e o “nada a referir” 2 (7,1%). A resposta “discordo totalmente” não foi seleccionada. A média é 4,234 e o desvio padrão é 1,117.

A fracção dos inquéritos relativa às vantagens e desvantagens da Presença dos OCS numa missão, é de resposta livre. Nem todos os participantes responderam a estas perguntas, apenas 17 jornalistas e 15 militares o fizeram. De entre as várias respostas dadas, existiram umas que foram mais frequentes. Quanto às vantagens, a maior parte dos jornalistas referiram a “visibilidade e reconhecimento” que o Exército alcança com esta presença. Outra vantagem presente nas respostas dadas é a possibilidade de intimidar as forças beligerantes ao uso das armas. Também muito referida é o acesso à informação.

Comparativamente, as desvantagens mais referidas são a possibilidade dos jornalistas poderem atrapalhar uma missão, a falta de formação dos jornalistas para acompanharem a força, e a alteração do comportamento dos militares com a presença dos *media*.

Os militares, por sua vez, enumeraram como principais vantagens a transmissão da informação, o reconhecimento da opinião pública, e o forçar o comportamento ético das partes. Como desvantagens foi referida a preocupação com a segurança do pessoal civil, a possibilidade do acesso a informação classificada, e a componente sensacionalista que alguns jornalistas imprimem às notícias.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Seguidamente apresenta-se a análise conclusiva das quatro entrevistas realizadas: Tenente Coronel Miguel Machado, Tenente Coronel Perdigão, Major Bernardino, Tenente Coronel Mendes Dias.

Relativamente à questão 1. **O Exército tem vantagens com a presença dos *Media* nas OAP? Quais?** Embora nem todos os entrevistados tenham experiência nas OAP a resposta a esta questão foi afirmativa. Na generalidade, os entrevistados referiram que o Exército tem vantagens com a presença dos *Media*, uma vez que expõe, à OP em geral, as actividades que desenvolve, beneficiando deste modo a sua imagem.

Na resposta à questão 2. **Acha que o Exército nas OAP, usa correctamente os OCS?** Os entrevistados referiram que o Exército poderia potenciar muito mais a sua participação em OAP perante a comunicação social. Segundo o Tenente Coronel Perdigão (2009) “Há que ter em conta que as operações do Exército são operações totalmente diferentes das operações da Força Aérea e da Marinha. Não existe a capacidade de projectar as imagens das nossas operações de forma tão clara, o nosso ambiente operacional é mais hostil e o perigo é iminente.”

No que toca à questão 3. **Poderão os jornalistas interferir de alguma forma na missão?** Todos os entrevistados referiram que podem interferir, na medida em que se tivermos um jornalista numa força *embedded*, o comandante tem que ter preocupações relativamente a segurança do mesmo. O Tenente Coronel Miguel Machado (2009) considera que “...podem interferir mas a realidade é que em Portugal as nossas missões (tirando dois ou três casos em 15 anos de missões) têm sido muito pouco expostas, tendo sofrido muito pouco com a pressão dos *Media*”.

Na pergunta 4. **A presença dos OCS provoca algum tipo de alterações no comportamento dos militares? Em que medida?** Os entrevistados referiram que sim, que existe uma alteração no comportamento. O Tenente Coronel Perdigão (2009) refere que “...existe sempre algum receio da forma como falamos com estes jornalistas (...) pois tudo o que dizemos pode vir a ser publicado. Outro factor referido que provoca alterações no comportamento dos militares com a presença dos OCS é o facto de ser desta forma que as famílias sabem o que os militares fazem, aumentando a motivação dos indivíduos na missão”.

Na questão 5. **Considera que a instrução dada aos militares no relacionamento com os OCS é a adequada?** Foi referido que não é dada nenhuma instrução específica aos militares sobre este relacionamento. Só é feita uma palestra na fase do aprontamento. Referem também que a formação dada poderia ser mais aprofundada. Tenente Coronel Miguel Machado (2009) diz mesmo que “Se houvesse “broncas” nas FND com a imprensa, certamente que se passava a dar instrução”.

Na pergunta 6. **Os jornalistas com a sua actuação podem comprometer a missão? Porquê?** Esta pergunta levou os participantes a diferentes respostas, não havendo portanto um consenso. Tenente Coronel Miguel Machado (2009) considera que “,,poderá causar estragos na imagem do Exército ou das FA só em casos extremos, pois a OP em Portugal é quem poderia realmente pressionar alterações de fundo, não sendo facilmente mobilizável nesta área”.

Na última pergunta **7.Será que as OAP do Exército português têm o eco apropriado nos OCS?** Na sua generalidade, os oficiais interrogados consideram que o Exército tem tido alguma evidência nos OCS, segundo o Tenente Coronel Bernardino (2009): “,,considero que o eco dado pelos OCS, para a dimensão da imprensa que nós temos em Portugal em comparação com a dimensão das forças que temos a operar, existe uma correspondência satisfatória”.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As principais conclusões da investigação encontram-se aqui expostas com alguns comentários acerca dos aspectos mais relevantes. Não se faz a separação dos dois métodos uma vez que ambos se relacionam e complementam mutuamente.

Ao longo da apresentação dos resultados obtidos verifica-se que, tanto os jornalistas como os militares consideram que as participações dos OCS são importantes nas missões OAP. Esta posição tomada pelos vários participantes indica que ambos os grupos têm consciência da necessidade emergente de informar o público e que, para isso, a contribuição dos OCS é fundamental. Esta importância foi tendo uma evolução ao longo do tempo, como vimos referido na abordagem histórica; desde a profissionalização da classe jornalística, marcada por alturas em que os OCS, ora tanto denegriam a imagem da instituição Exército, ora a valorizavam. O Exército tem vantagens com esta presença, pois a sua imagem é melhorada perante a OP, e testemunha o cumprimento das actividades externas de Portugal no âmbito internacional.

A formação dada aos militares para se relacionarem com os OCS, é considerada suficiente por ambos os participantes, mas neste caso referimo-nos às entidades que estão responsáveis por lidar com os OCS, que tiram cursos especializados NATO, ou o curso de promoção a oficial superior⁵⁶, que têm uma fase alusiva ao tema. Relativamente ao militar de baixa patente, esta formação poderá ser considerada deficiente pois estes apenas recebem palestras em aprontamento, e indicações dos seus comandantes, podendo ser considerado uma limitação existente e algo que poderá ser corrigido.

⁵⁶ Neste momento, no Curso de promoção a Capitão existe um módulo relativamente a relação com os OCS, também está em proposta para o TPO 09/10 um módulo a abordar este tema (conversa informal com TCor Mendes Dias)

Os militares consideram que a presença dos jornalistas numa missão bem como o acompanhamento da Força é perfeitamente dispensável. Porém, do ponto de vista dos jornalistas consideram a sua presença fundamental. Este aspecto pode ser considerado um ponto bem visível da conflitualidade existente entre jornalistas e militares, embora em Portugal, esta conflitualidade seja de menor escala em comparação com países como os EUA ou Inglaterra, em que a imprensa tem grande impacto. Segundo a opinião de jornalistas e de militares, a presença dos OCS pode alterar o comportamento dos militares. A ânsia de ser visto pelas famílias em “acção” ou mesmo o receio de falar com os jornalistas, poderá condicionar o seu comportamento.

Questionando se a presença dos OCS atrapalha a missão, os dados revelam que as respostas dos dois grupos foram muito equivalentes, pois uma grande maioria discorda da afirmação e outra não tem opinião formada, o que torna difícil formular uma conclusão.

Mas é considerado pelos militares que os jornalistas podem interferir na missão se forem integrados na força, já que as preocupações com a segurança destes indivíduos recaí no comandante da mesma, pelo que poderá ser encarado como uma forma de interferência. É importante que estes jornalistas adquiram formação a nível militar, para poderem acompanhar a força. O CJZC ministrado em Mafra poderá servir como referência, e outros cursos do género lhe poderão seguir.

Por vezes, acontece que os OCS estão mais interessados em histórias negativas de irregularidades ou escândalos do que em contar factos sobre conquistas positivas ou operações eficientes do Exército Português. Um exemplo flagrante disso surgiu com a crise do urânio empobrecido, em que os OCS fizeram gerar polémica e especulação junto da opinião pública, devido ao falecimento de um militar português. Pode observar-se a partir da análise às entrevistas, que a maioria dos militares concorda que a busca de irregularidades ou escândalos por parte dos jornalistas, é um facto. Por outro lado, os jornalistas na sua maioria não concordam com esta afirmação, considerando que a busca pelo sensacionalismo neste caso, não será o seu alvo.

Existe uma divergência entre os grupos de participantes quanto à afirmação, “Os OCS são tão necessários para a manutenção da liberdade de Portugal como os militares”. Os militares consideram que não são tão importantes assim. Já os jornalistas consideram-se importantes para a manutenção da liberdade de imprensa. Segundo a história na ascensão dos jornalistas a profissionais podemos considerar que a liberdade de expressão foi sofrendo ciclos, ciclos esses que tiveram sempre a intervenção militar na Implantação da República em 1910 e até à instauração do Estado Novo, e em 1974 com a Revolução de Abril. Poder-se-á então afirmar que os militares foram os implementadores da liberdade de expressão, mas diariamente quem beneficia com as alterações introduzidas ao longo dos referidos ciclos são, em certa parte, os OCS.

Os participantes consideram que a maioria dos membros do público são instruídos e

as suas opiniões sobre a defesa nacional têm que ser tidas em conta, o que dá a indicação que a OP é uma voz activa e instruída, daí a importância de estar informada correctamente, sendo por isso fundamental a actuação dos OCS.

É de referir também que o público entende muito bem o papel positivo dos OCS nas operações militares sendo que a sua função informativa é considerada importante e fundamental.

Os jornalistas sentem que os militares não apreciam o papel dos OCS, o que indica que estes sentem que os militares não vêm com bons olhos a sua presença. Tal situação poderá ser originada pelo facto dos jornalistas gostarem de realizar o seu trabalho de forma independente e, em missão, isto não poderá acontecer, dado que os militares tentam controlar um pouco o espaço de actuação dos jornalistas devido a questões de segurança, ou mesmo não ter acesso a informações que não são do seu domínio.

Na sua maioria os participantes consideram que os militares, especialmente nas categorias superiores, muitas vezes sentem-se intimidados pelos OCS. É considerado que as FA e a sua estrutura que se relaciona com os OCS ainda tem muito a fazer quanto à formação e a realização de cursos que coloquem, cada vez mais, a relação com os media mais natural e à-vontade possível. É de salientar que esta relação muitas vezes passa por transmitir informação a poucos jornalistas que privam com a instituição militar e que a respeitam, havendo um certo clima de confiança. Segundo a entrevista do Ten-Coronel Perdigão (2009), refere que "...existem cada vez menos OCS especialistas em matérias de defesa nacional e cada vez mais reporteres "freelancers" que escrevem sobre vários temas". Por este motivo, a relação com este tipo de jornalistas é de certa forma diferente, porque os mesmos não detêm conhecimentos especializados. Mas, devido à inexistência de um estudo sobre o comportamento dos militares em presença de jornalistas, é difícil avançar com uma conclusão explicativa para este facto até porque grande parte dos jornalistas inquiridos não são aqueles que trabalham directamente com os assuntos de defesa nacional, o que não permite obter uma resposta fidedigna.

Os militares consideram que são capazes de decidir o que os OCS necessitam de saber sobre as operações; por outro, os jornalistas discordam. Este é também um ponto de divergência que pode contribuir para a relação conflituosa existente.

Na presença de jornalistas, o controlo da informação terá que ser crucial. Um comandante de uma FND deverá sempre dar indicações aos seus homens para terem em atenção o que dizem na presença dos jornalistas. Outro facto a ter em conta, relaciona-se com a formação dada aos militares. Na amostra, os dois grupos de inquiridos foram unânimes no que se refere ao aumento da formação dada aos militares para lidar com os OCS, sendo que de momento a mesma não é considerada prioritária, uma vez que a presença dos media nas OAP não é tão significativa a ponto de trazer grandes problemas para a imagem da instituição. Mas deve-se já colmatar esta lacuna para, num futuro próximo

e se existir alteração da conjuntura actual, o Exército estar preparado, para lidar com a presença assidua de jornalistas.

Com base em entrevistas realizadas considera-se que a formação dada aos oficiais, é relativamente adequada, em termos de qualidade, mas em quantidade poderá não ser a melhor, visto que poderia abranger mais oficiais, para uma melhor projecção da imagem até porque os quadros orgânicos no SIPRP não tem os quadros totalmente preenchidos. Adiciona-se ainda o facto de não haver oficiais contratados com o curso de jornalismo que, com os seus conhecimentos, poderiam ser uma mais-valia na relação militares-media em OAP.

Numa OAP o comandante tem sempre que dar acesso da informação aos jornalistas, pois estes têm a função de informar e se não dispuserem da informação correcta, transmitem um desfasamento da realidade, sendo isto um foco de interesse para um possível estudo. Os responsáveis encarregues por fornecer informação correcta aos OCS devem transmiti-la para que não exista deturpação de notícias divulgadas.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegando-se ao final da investigação é possível responder às questões e às hipóteses inicialmente formuladas.

Relativamente à **primeira questão: se o Exército beneficia com a presença dos *media* nas OAP**, foram levantadas duas hipóteses. **Na primeira hipótese, é descrito que o Exército tem vantagens com a presença dos *media* nas OAP**, tendo esta sido totalmente confirmada, uma vez que é a melhor forma do Exército demonstrar à OP o seu trabalho, saindo a sua imagem beneficiada através dos *media*. As OAP são uma missão de grande importância nas políticas externas de Portugal, na qual o Exército e as FA têm grande utilidade.

A segunda hipótese foi parcialmente refutada. **Os *media* no panorama actual não trazem desvantagens para o Exército**, não só pela sua presença não ser muito significativa, mas também porque as relações com os jornalistas de matérias de defesa consideram-se positivas. Mas há que ter em conta que estes poderão trazer desvantagens ao Exército, se a sua actuação denegrir a imagem do mesmo, através de notícias sensacionalistas ou mesmo pela busca de irregularidades ou escândalos que podem trazer inconvenientes.

É considerado que a OP entende os assuntos de defesa nacional e é por isso importante que o Exército, que não goza de grande popularidade, use de forma correcta os OCS.

O segunda questão prende-se com as melhorias que o Exército pode introduzir no âmbito da formação e, para esta questão, foram levantadas **duas hipóteses: deve-se apostar mais na formação dos militares ou a formação dos militares é suficiente para lidar com os OCS**. Ambas as hipóteses foram confirmadas, devendo-se apostar mais na formação dos militares, sendo que esta é considerada suficiente para se relacionarem com os OCS na conjuntura actual. Dever-se-á continuar a apostar na formação dos militares, não só os que tenham responsabilidades directas em relacionarem-se com Comunicação Social mas também a outros escalões, podendo estes apresentar um maior indicador de formação.

A nível dos escalões mais baixos, a formação existente tem sido suficiente, mas carece de melhorias; a realização de palestras tem sido suficiente, mas num futuro próximo se a presença dos *media* se tornar mais frequente, poderão existir complicações.

O CEME, responsável pela comunicação do Exército, através do seu Gabinete e dos elementos qualificados que possui com o curso NATO Public Affairs, apresenta-se como uma mais-valia na relação com os OCS, pois está padronizado pela doutrina NATO. É de referir a existência do Plano de Comunicação do exército, que se encontra em vigor e que serve como guia na relação do Exército com a OP. Há que ter em conta que quem responde aos OCS nas OAP, é o EMGFA através do seu Gabinete de relações públicas, e aqui

encontram-se algumas lacunas, nomeadamente no que respeita à inexistência de um Plano de Comunicação das FA, e de legislação própria para esta relação.

É de salientar também a inexistência de formação na Academia Militar, para o relacionamento com os OCS, e sendo esta uma escola de formação de futuros oficiais do Quadro Permanente, que poderão ter que lidar com os OCS diariamente, uma falha que poderá ser colmatada já no próximo ano, se for iniciado um módulo proposto, no Tirocínio para Oficiais de Infantaria relacionado com este facto.

Existe a necessidade de formação de jornalistas que acompanham as OAP em matérias teóricas de defesa e matérias práticas militares(.) O CJZC, poderá ser uma forma de o fazer e outras poderão surgir. A percepção da vida militar e do Exército como instituição é melhorada, bem como as suas competências no TO, trazendo vantagens para jornalistas e militares.

O terceira questão prende-se com a necessidade de **saber se a presença dos jornalistas pode comprometer o cumprimento da missão**. A primeira hipótese de resposta a este objectivo que refere que a presença destes pode comprometer uma missão foi refutada; por um lado os jornalistas só vão para missões em que não exista a possibilidade de comprometimento, por outro existe um certo controlo dos jornalistas por parte dos militares, pois o comandante poderá ter a responsabilidade da segurança do civil.

A segunda hipótese, **que refere que a presença dos jornalistas de forma alguma poderá comprometer a missão**, foi confirmada, pois os jornalistas não podem comprometer uma missão, só a OP é que o poderia fazer, através de pressões externas. Assim sendo, considera-se que os OCS não têm poder efectivo de comprometer uma missão, mas poderão condicioná-la, pois a sua presença altera o comportamento dos militares, por se sentirem intimidados com a presença dos jornalistas ou por estarem preocupados com a sua segurança. Outra forma de comprometer uma missão refere-se a questões da segurança dos jornalistas, que é um acrescento à responsabilidade do comandante da força.

Quarta questão refere-se à **percepção que jornalistas e militares têm da sua participação numa OAP**. Neste objectivo, ambas as visões dos jornalistas e militares concorrem em alguns aspectos. **A primeira hipótese, que aponta para a visão dos jornalistas ser coincidente com a dos militares relativamente à sua participação nas OAP**, é parcialmente confirmada, porque ambos os grupos consideram que têm tido um papel importante na divulgação das OAP, e de certa forma isto traz tanto vantagens ao Exército, que vê a sua imagem divulgada, como à opinião pública que é correctamente informada. As suas opiniões de certa forma são coincidentes, pois ambos concordam que os OCS podem atrapalhar a missão.

É também consensual que os membros do público são instruídos, possuem cultura relativamente a matérias do foro de defesa nacional e entendem muito bem o papel positivo

dos OCS, por isso a importância que os jornalistas têm na informação transmitida à OP, de forma clara e correcta é muita. Por tal, os comandantes das forças têm que ter especial responsabilidade e atenção, seguido sempre as directivas dadas pelo escalão superior padronizadas pela NATO, e imperando um pouco de bom senso na forma de actuar.

É de concordância que os militares, especialmente nas categorias superiores, muitas vezes sentem-se intimidados pelos OCS, pelo facto de terem que ser questionados, mas visto não existir estudos relativamente ao comportamento dos militares em presença dos jornalistas, não se poderá lançar uma possível explicação para este facto.

A segunda hipótese, que menciona que a visão dos jornalistas e dos militares não é coincidente, também é confirmada em alguns aspectos nomeadamente no que toca à sua presença nas OAP. Os jornalistas julgam que a sua presença é indispensável, os militares não. Em geral, é considerado pelos jornalistas que os militares não apreciam a sua presença e os militares por sua vez não concordam com este ponto. Outro ponto não coincidente concerne à busca da informação por parte dos jornalistas: por um lado estes crêem que os militares não devem limitar o acesso à informação, devendo ter o conhecimento de tudo; por outro os militares concordam que devem decidir aquilo que os OCS necessitam de saber.

Pode-se agora responder à questão central: **a presença de jornalistas é benéfica para as Operações de Apoio à Paz?** Esta presença tem sido benéfica na situação actual, contudo, poderia ser melhorada se a presença de jornalistas no terreno com formação de matérias relativamente a defesa nacional e creditados pelo CJZC, fosse aumentada.

Desta forma seriam melhoradas as relações entre a instituição e os jornalistas, para que num TO estas se complementem.

Desta forma conclui-se que a presença de jornalistas é benéfica, para o Exército e sobretudo para Portugal.

5.1 LIMITAÇÕES

As limitações observadas no decorrer desta investigação foram a falta de conhecimentos para a realização deste tipo de trabalhos, a falta de disponibilidade de alguns jornalistas contactados para darem entrevistas, o tempo dado para a realização do trabalho e o número de páginas requerido, que se mostra um pouco reduzido para um assunto tão vasto.

5.2 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Seria interessante efectuar um estudo relativamente à alteração do comportamento dos militares na presença de jornalistas.

Uma outra análise importante seria se qual a melhor forma dos ramos das FA se

relacionarem com a Comunicação Social: através de relações públicas ou através da contratação de profissionais da comunicação.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros:

- ✓ Amaral J., (1996). *A Defesa Militar de Portugal no Virar do Século*. Lisboa: I.A.E.M.
- ✓ Aukofer W., Lawrence (1995). *The Odd Couple- A Report on the Relationship Between the Media and the Military*. Nashville: America's Team.
- ✓ Couto C., (1988). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- ✓ *Constituição da República Portuguesa* (2005). Coimbra: Edições Almedina SA
- ✓ Dias M., (1999). *A História e o testemunho da Imprensa*. Braga: Associação de Jornalistas e Homens do Porto.
- ✓ Garcia F., (2003). *Análise Global de uma Guerra: Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio Editora.
- ✓ Lello J, Lello L, (1980). *Dicionário Enciclopédico Luso Brasileiro em 2 Volumes*. Porto: LELLO & IRMÃO.
- ✓ Machado M., Carvalho S. (2004). *EXÉRCITO E IMPRENSA* Prefácio General Loureiro dos Santos. LISBOA: Prefácio.
- ✓ Marques A., (1998). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- ✓ Pereira C., (2005). *Guerras da Informação- Militares e Média em Cenários de Crises*. Lisboa: Tribuna.
- ✓ Régio, J. (1949). *Páginas de Doutrina e Crítica*. Porto: Presença.
- ✓ Santo G., Machado. M. (1997). *Bósnia 96*. Lisboa: SIPRGCEME.
- ✓ Sarmiento, Manuela. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- ✓ Tengarrinha. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugalia.

2. Manuais:

- ✓ 457/1, M. (2007). *NATO Military Public Affairs Policy*. Bruchelas: Internacional Military Staff.
- ✓ *Anónimo, Apontamentos de Sociologia Militar*. (2004). Lisboa: Academia Militar.
- ✓ Borges, J. J. (2004). *Apontamentos de Relações Internacionais*. Lisboa: Academia Militar.
- ✓ EME. (1966). *O Exército e a Guerra Subversiva Vol IV, Cap.III*. Lisboa: EME.
- ✓ EME. (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa: EME.
- ✓ ISM. (2006). *CRO*. Lisboa: EME.
- ✓ MDN. (2009). *Plano de Comunicação do MDN*. Lisboa.
- ✓ Moreira, A. (1982). *A Comunidade Internacional em Mudança*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- ✓ Pereira Coutinho, F. A. (1996/97). *A Responsabilidade Social e o Respeito Mútuo Como Alicerces duma Relação Pragmática entre Jornalistas e Militares*. Lisboa: IESM.

- ✓ Sousa, J. P. (2007). Uma história do jornalismo em Portugal. *Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo*, (p. 2). Lisboa.

3. Publicações Periódicas:

- ✓ Alves, H. (2006). A Artilharia de Campanha na Europa. *Revista de Artilharia* , 69-94
- ✓ Dias, M. (2007). *Jornalistas da RTP em Curso na EPI*. Mafra.
- ✓ Machado, M. (2000). Informação Publica em Timor Leste. *Jornal do Exército* , 28-32.
- ✓ Perdigão, S. (2005). O emprego da Artilharia nas Operações de Apoio à Paz. *Revista de Artilharia* , 303-319.
- ✓ Raleiras, M. (2007). A "Mudança" na Artilharia. . *Revista de Artilharia* , 983-985.
- ✓ Vicente. (2006). A Brigada Independente. *Revista de Artilharia*, 325-326.

4. Documentos Electrónicos:

- ✓ Carta das Nações Unidas Internet:
http://www.sabergeografico.com/site/educacao/geopolitica/carta_nacoes_unidas.pdf
<http://www.un.org/en/documents/charter/index.shtml> Consultado em 17 de Junho de 2009
- ✓ Grade P., (2007). *Repórteres de Guerra Formação*. Internet:
http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=412 Consultado em 17 de Junho de 2009.
- ✓ Lima L., (2009). *Jornalismo De Precisão E Jornalismo Científico: Estudo Da Aplicabilidade*. Internet: <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=595250> Consultado em 17 Junho de 2009
- ✓ Mesquita M., (2002) *Espírito de Defesa ou defesa da Censura?*. Internet:
http://www.ieei.pt/files/Mario_Mesquita_Espirito_de_defesa_ou_defesa_da_censura.pdf
Consultado em 20 de Junho de 2009
- ✓ Miracle T., (2004). *O Exército e a Media Embutida*. *Military Review* (tradução) Internet:
<http://usacac.army.mil/CAC/milreview/portuguese/3rdQtr04/miracle.pdf> Consultado em 20 de Julho de 2009
- ✓ Venable B. (2002). *O Exército e Media*. *Military Review* (tradução) Internet:
<http://usacac.army.mil/CAC/milreview/portuguese/2rdQtr02/miracle.pdf> Consultado em 20 de Julho de 2009
- ✓ <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/operacoes> Consultado a 17 de Junho de 2009.
- ✓ Lei n.º 111/91. (1991). Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, *Diário da República*, 1ª Série - A, de 7 de Julho Internet:
<http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/F7290D6B-7C18-4BE8-BD42-973D40AEA9D4/0/LeiOrgânicadeBasesFA.pdf> Consultado em 21 de Junho de 2009.
- ✓ Lei n.º 3/99 (1999). Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas, *Diário da República*, 1ª Série – A, de 18 de Setembro Internet:

<http://www.emfa.pt/www/conteudos/informacao/fa/legislacao/DefesaNacional/LeiOrganica.pdf>
Consultado em 21 de Junho de 2009.

- ✓ Decreto-Lei n.º 61/2006. (2006). Lei Orgânica do Exército, *Diário da República*, 1ª Série - A, de 21 de Março, N.º 57 Internet: <http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/1E986FB0-34AC-4490-8B0D-5B097CFE6573/0/LOrgExercito.pdf> Consultado em 22 de Junho de 2009.
- ✓ Resolução de Conselho de Ministros n.º 6/2003.(2003).Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Internet: <http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/776C9B8B-4807-4A60-A2CE-4319D68B59D6/0/ConceitoEstragDefNac.pdf>

5. Diapositivos:

- ✓ Perdigão H., (2009). *RCRPP/GabCEME*. 45 Diapositivos

APÊNDICES

APÊNDICE A – Glossário de Termos e Definições

Guerra- “Acto de violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares” (Couto, 1988).

Guerra subversiva - “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçado ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção” (EME, 1963 a, Cap. I, p.1).

Opinião Pública – “Como fenómeno social pode ser geral ou canalizada. No primeiro caso resulta da intercomunicação entre os mais diversos grupos; a opinião publica canalizada resulta da acção deliberada de certos grupos que, de forma mais ou menos programada e utilizando meios ao seu dispor (designadamente os OCS), orientam a OP no sentido que mais lhe convém.” (*Machado & Carvalho, 2004, p.26*)

Jornalista – Segundo o artg1º da Lei nº1/99 de 13 de Janeiro, que aprova o estatuto do jornalista, “são considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, noticias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinadas a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica.

Censura - é o uso excessivo da força ou corte da liberdade de expressão por parte de um grupo de indivíduos perante outros ou até mesmo do estado. A censura afecta a comunicação ou impede-a de modo mais brando em certos casos. Actualmente a censura é definida pela tentativa de suprimir ou mesmo suprimir informações, formas de expressão, ou seja, quebrar a liberdade de expressão. (*Dias, 1999*)

Real Mesa Censória - A real Criada a Mesa Censória foi criada a de Abril de 1768, por José Sebastião de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, com o fim de reformar o sistema de censura de livros que circulavam em Portugal e seus domínios Real Mesa Censória.⁵⁷

Inquisição - foi criada inicialmente pela Igreja Católica, para combater à pluralidade de crenças populares entre os católicos, tal como a adoração de plantas e animais «(...) A

⁵⁷ [http://www.infopedia.pt/\\$real-mesa-censoria](http://www.infopedia.pt/$real-mesa-censoria)>.consultado 25 de Junho 2009

inquisição surge como uma instituição muito complexa, com objectivos ideológicos, económicos e sociais, consciente e inconscientemente expressos. “A sua actividade, rigor e coerência variavam consoante a época.” (Marques, 1998, p.393).

Artº 5 - As partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à parte ou partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

Relação civil-militar - é a dinâmica da relação existente entre o instrumento militar de um estado e a sociedade que serve, a forma como comunicam, como interagem, bem como o quadro relacional de controlo e regulação. (Apontamentos de Sociologia Militar, 2004)

Media - Todo o suporte de difusão de informação (rádio, televisão, imprensa escrita, livro, computador, videograma, satélite de telecomunicação, etc.) que constitui ao mesmo tempo um meio de expressão e um intermediário que transmite uma mensagem especialmente para um grupo.

Embedded - Este termo surgiu em 2003, com os primeiros repórteres de guerra que acompanharam as tropas americanas na guerra contra o Iraque. Tem tradução para português de alguns autores como “inserido”; quer dizer, neste caso, que tem protecção de uma Força presente no conflito, e, na situação contrária, de “não inserido”, sem protecção da Força militar. Estes jornalistas que acompanharam as tropas americanas receberam formação militar dada pelo próprio Exército Americano.

Informação pública⁵⁸- É toda a informação veiculada, divulgada ou passível de ser divulgada através dos OCS

⁵⁸ Diapositivos Ten-Coronel Perdigão

Relações públicas ²⁻ é a arte e a técnica de promover a aceitação social da nossa Instituição pelo público.

APÊNDICE B – INQUÈRITOS



ACADEMIA MILITAR

- QUESTIONÁRIOS -

Este questionário destina-se ao desenvolvimento de um estudo com o objectivo de verificar qual a percepção geral dos jornalistas/militares no que diz respeito aos benefícios da presença dos OCS nas Operações de Apoio a Paz

Informação Geral

Posto: _____ Idade: _____ Sexo: F M

Função/ Especialidade: _____

As seguintes afirmações dizem respeito ao tema em estudo e em cada uma destas existem cinco (5) hipóteses de escolha, são elas:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Nada a referir
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente.

Indique, por favor, a **sua percepção**, colocando um “X” sobre o número respectivo. Responda a todas as afirmações. Note que está a referir a sua ideia e percepção neste assunto.

Afirmações – “Benefícios da Presença dos órgãos de comunicação social (OCS) nas Operações de Apoio a Paz (OAP)”

1) Os OCS têm-se revelado importantes numa OAP.

1 2 3 4 5

2) Os militares deveriam ter mais formação para lidar com os OCS.

1 2 3 4 5

3) Os OCS trazem vantagens ao Exército.	1	2	3	4	5
4) É indispensável a presença dos OCS numa missão.	1	2	3	4	5
5) Os OCS atrapalham a missão.	1	2	3	4	5
6) A presença dos OCS provoca alguma alteração no comportamento dos militares.	1	2	3	4	5
7) Devem os OCS acompanhar sempre uma força.	1	2	3	4	5
8) Os OCS estão mais interessados em histórias negativas de irregularidades ou escândalos do que em contar histórias sobre conquistas positivas ou operações eficientes do Exército Português.	1	2	3	4	5
9) Os OCS são tão necessários para a manutenção da liberdade de Portugal como os militares.	1	2	3	4	5
10) A maioria dos membros do público são tão ignorantes que as suas opiniões sobre a defesa nacional são insignificantes.	1	2	3	4	5
11) Os militares não apreciam o papel dos OCS.	1	2	3	4	5
12) O público não entende muito bem o papel positivo dos OCS nas operações militares.	1	2	3	4	5
13) Os militares, especialmente nas categorias superiores, muitas vezes sentem-se intimidados pelos OCS.	1	2	3	4	5
14) Os militares são honestos ao lidar com os OCS.	1	2	3	4	5
15) Poucos elementos dos OCS têm conhecimentos sobre assuntos de defesa nacional.	1	2	3	4	5
16) Os militares são capazes de decidir o que os OCS necessitam de saber sobre as operações	1	2	3	4	5
17) Não se podem confiar aos jornalistas informações que possam comprometer a segurança de uma operação militar.	1	2	3	4	5

Parcialmente traduzido e adaptado de (Aukofer, 1995)

I) Diga 3 vantagens e 3 desvantagens da presença dos OCS numa Missão.

Vantagens:

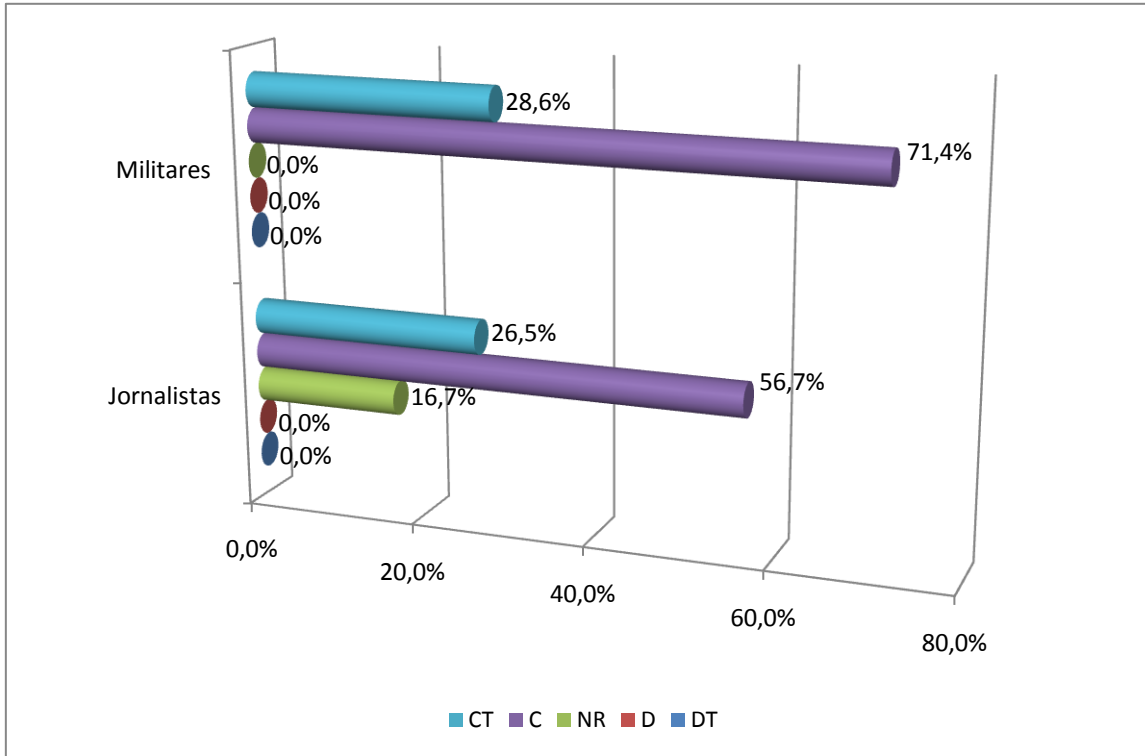
Desvantagens:

Obrigado pela colaboração

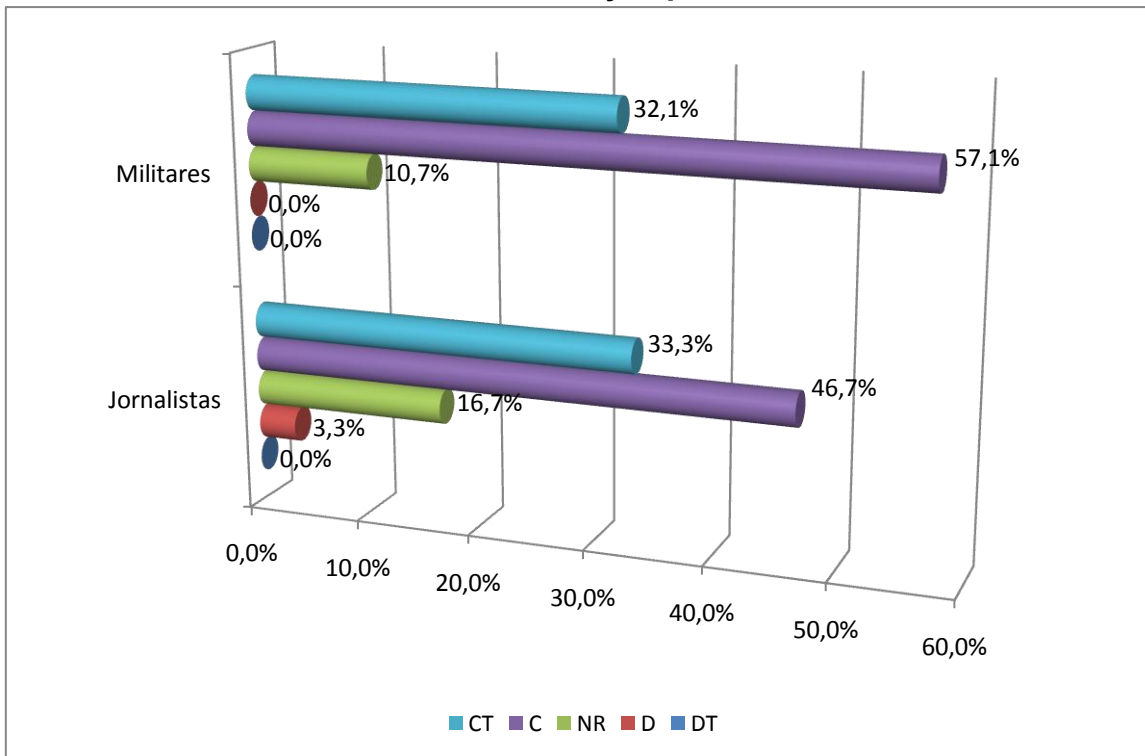
APÊNDICE C

GRÁFICOS E TABELA

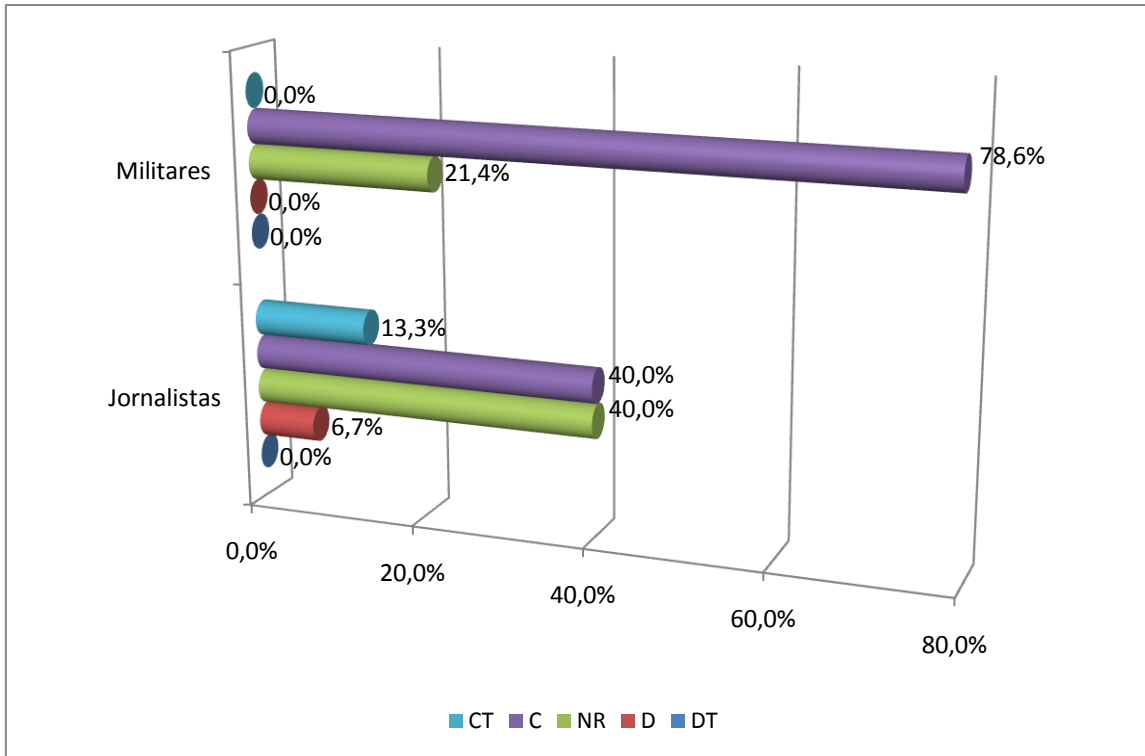
1. Os OCS têm-se revelado importantes numa missão?



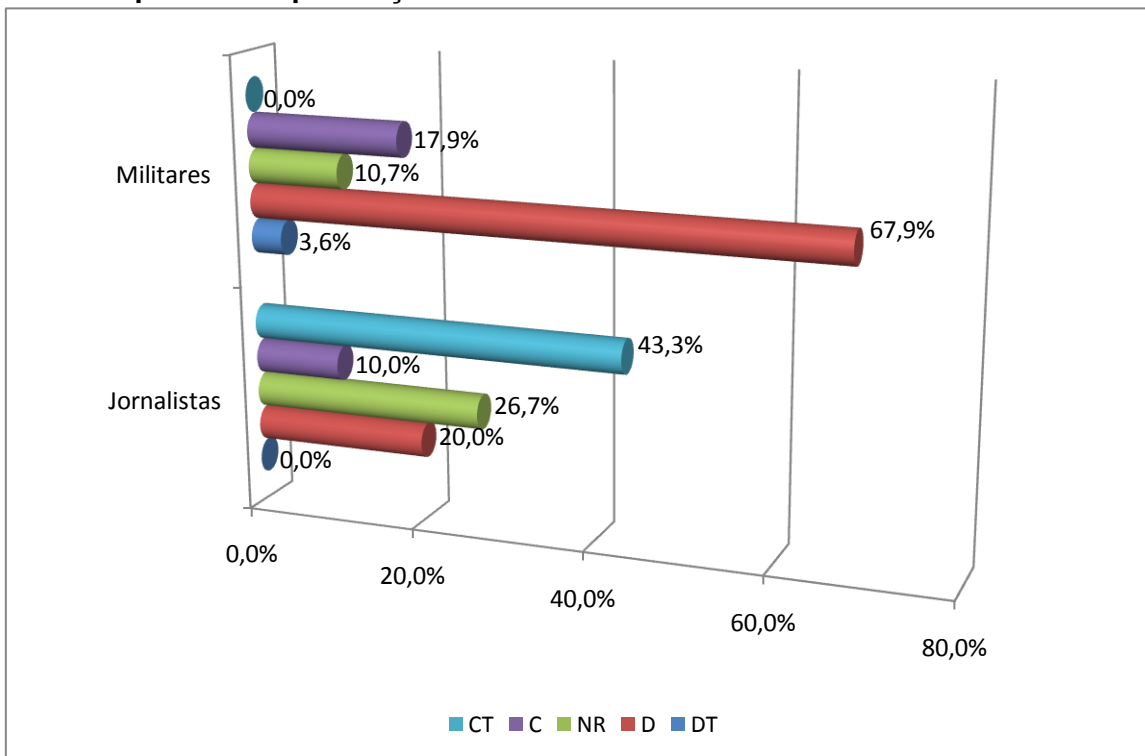
2. Os militares deveriam ter mais formação para lidar com os OCS?



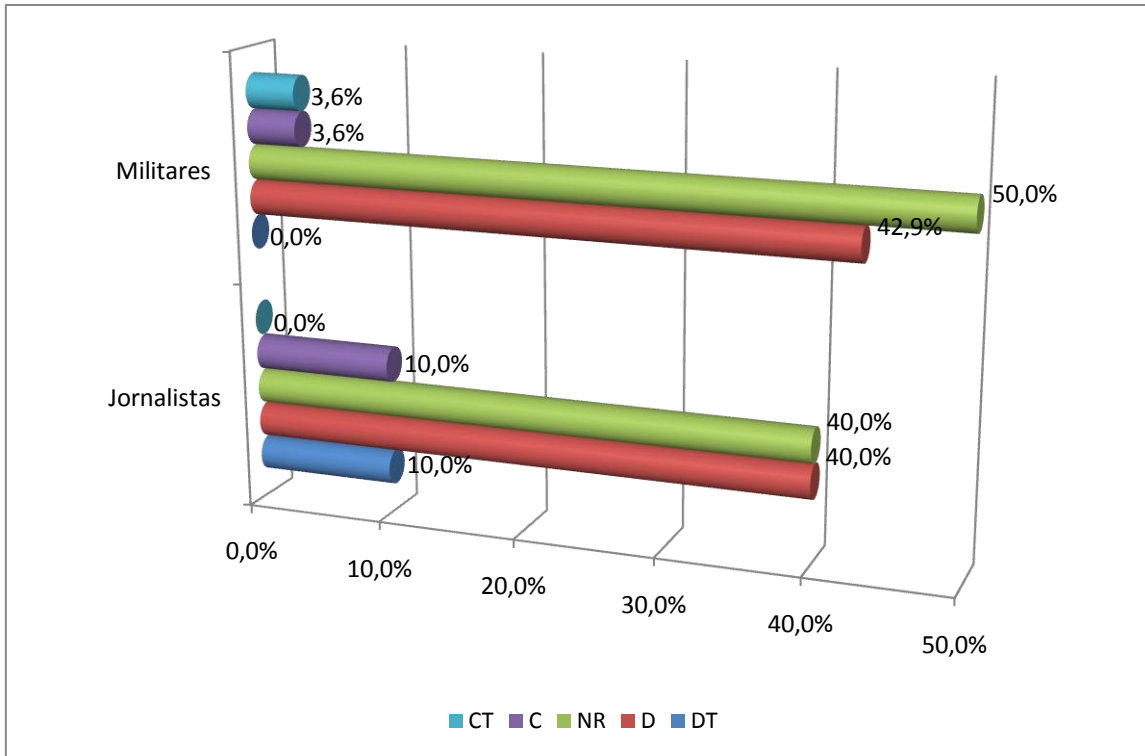
3. Os OCS trazem vantagens ao Exército?



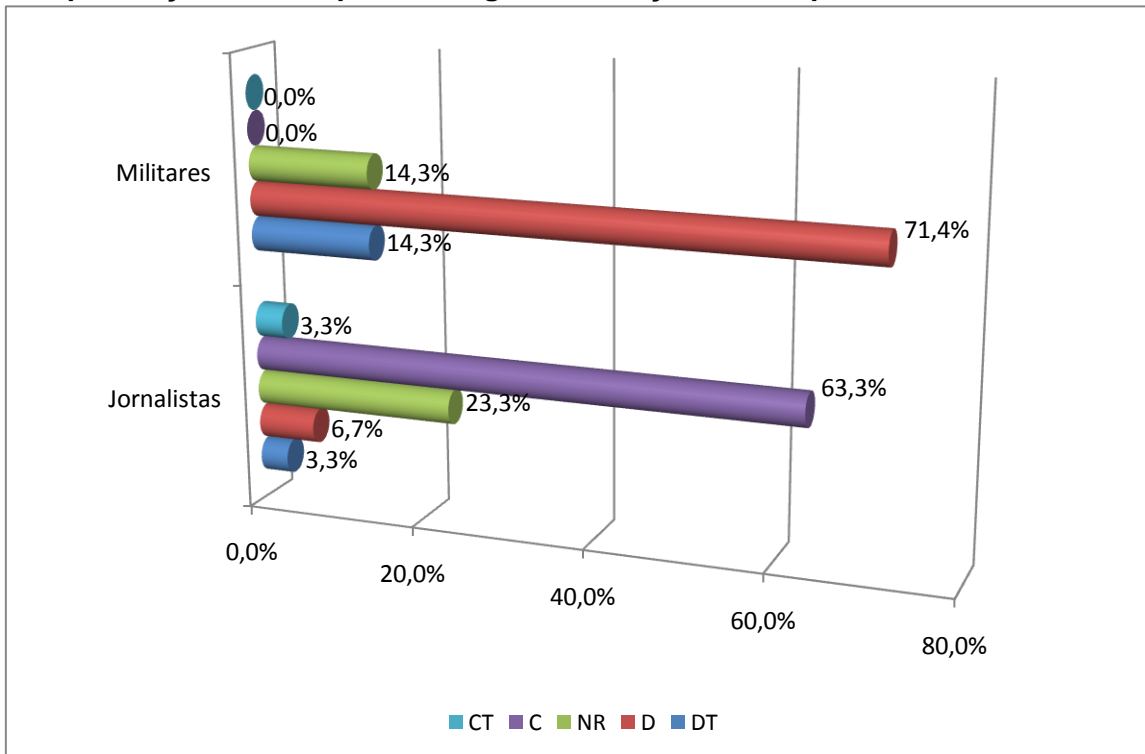
4. É indispensável a presença dos OCS numa missão?



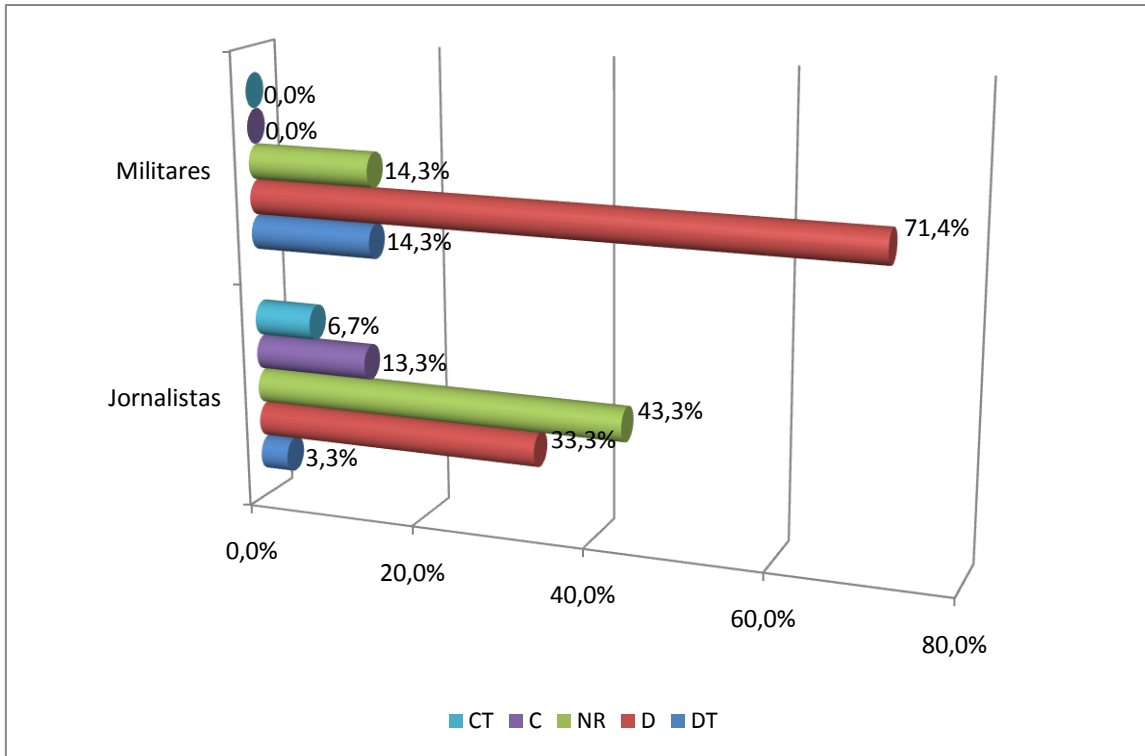
5. Os OCS atrapalham a missão?



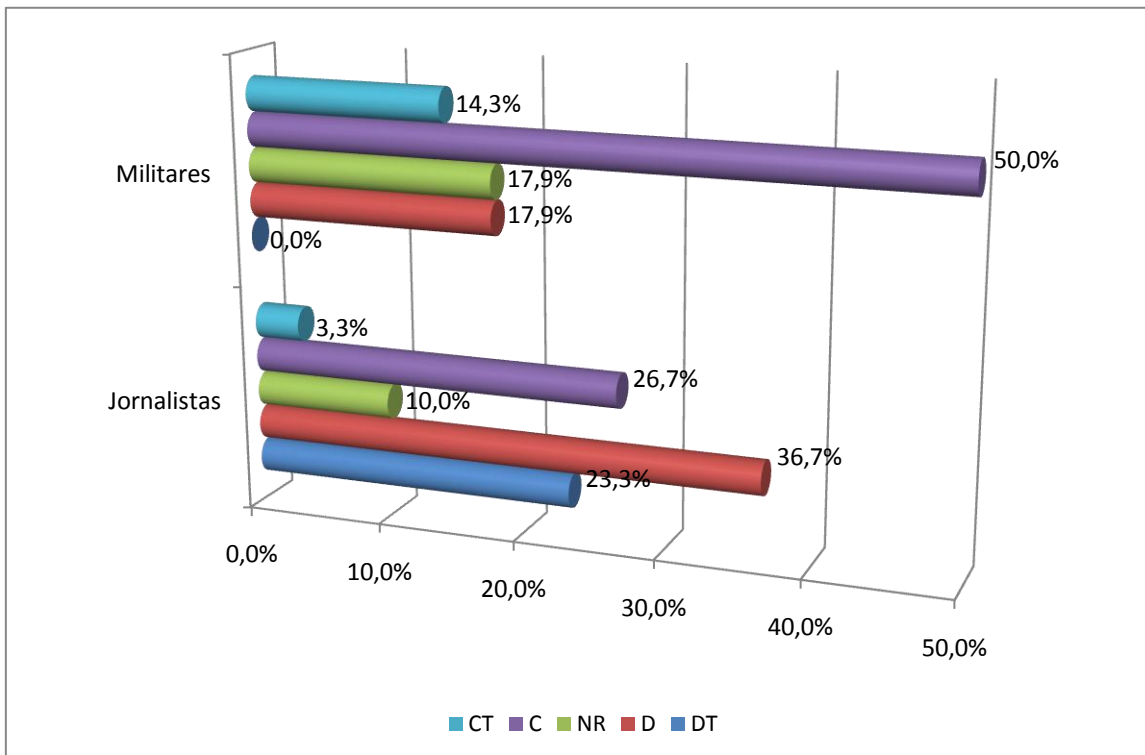
6. A presença dos OCS provoca alguma alteração no comportamento dos militares?



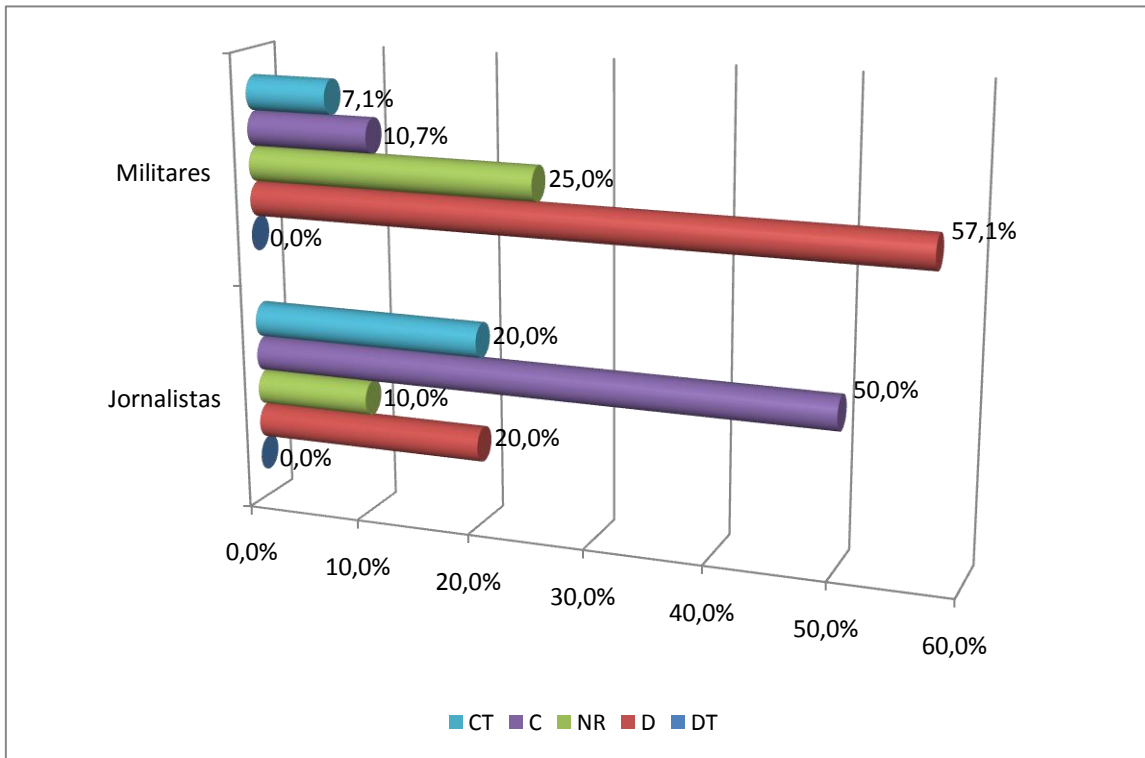
7. Devem os OCS acompanhar sempre uma força?



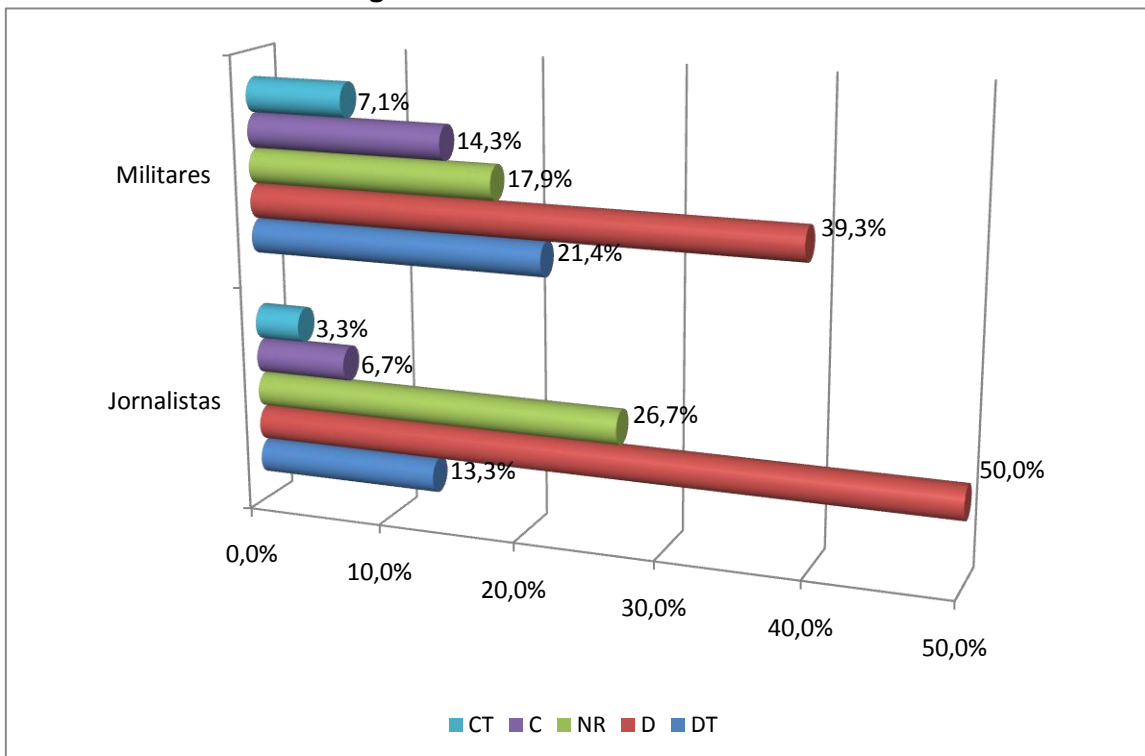
8. Os OCS estão mais interessados em histórias negativas de irregularidades ou escândalos do que em contar histórias sobre conquistas positivas ou operações eficientes do Exército?



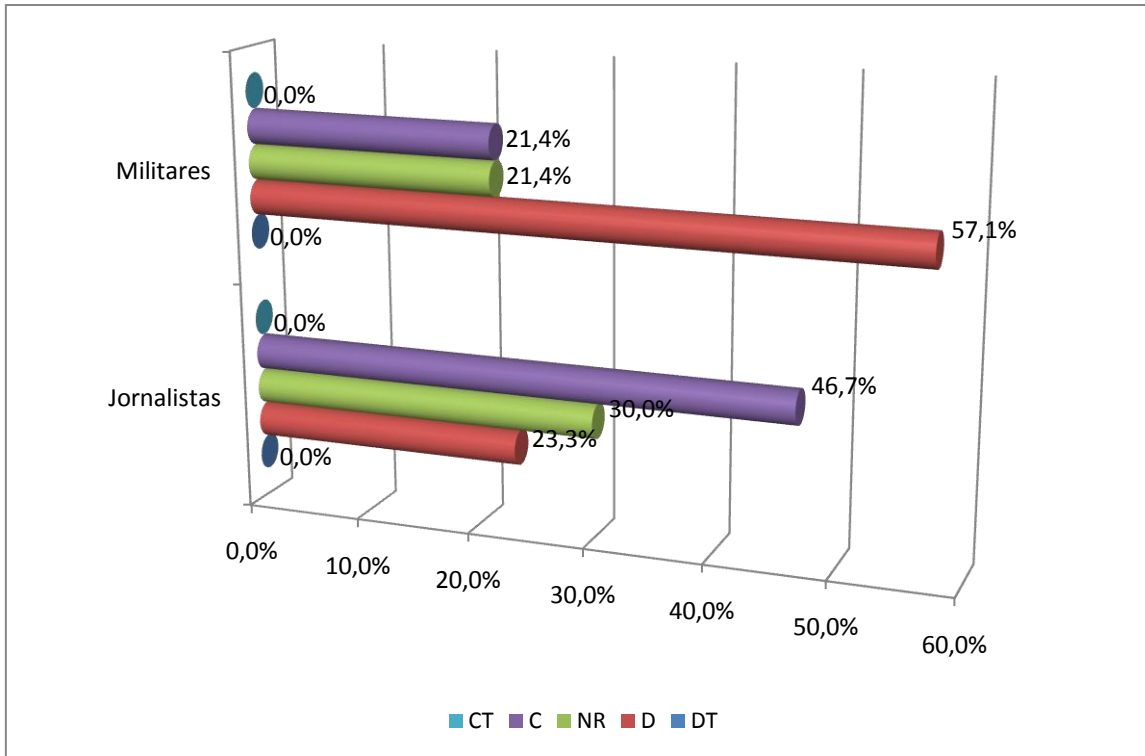
9. Os OCS são tão necessários para a manutenção da liberdade de Portugal como os militares?



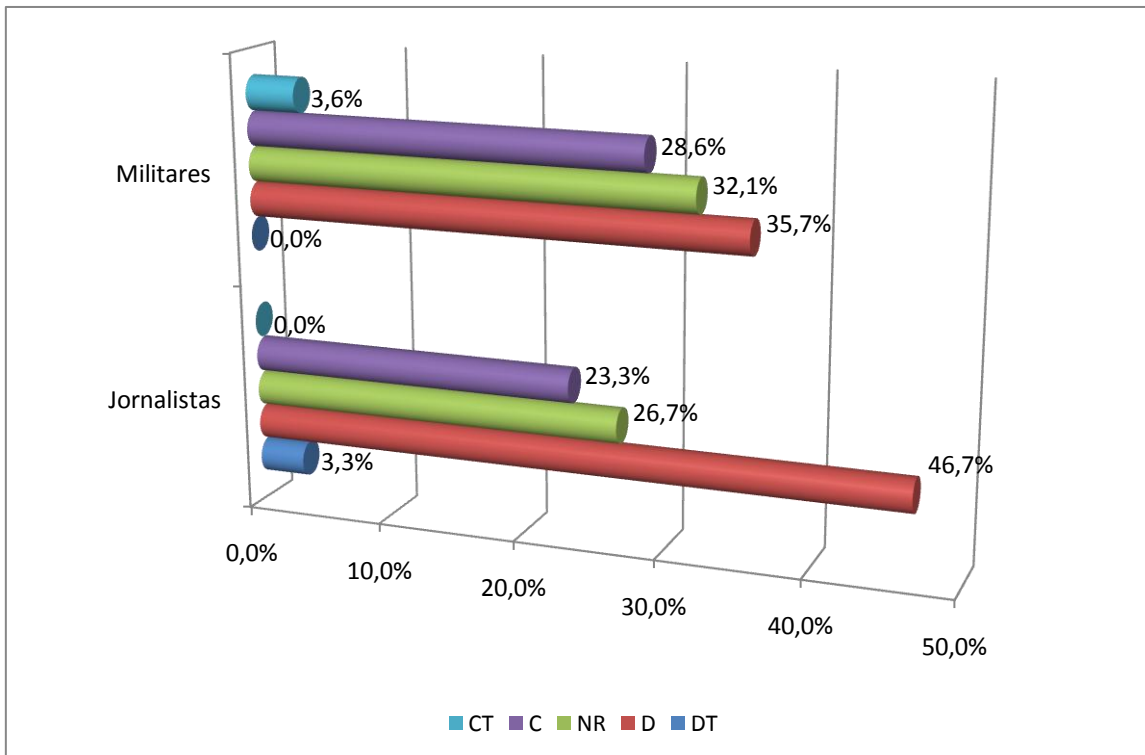
10. A maioria dos membros do público são tão ignorantes que as suas opiniões sobre a defesa nacional são insignificantes?



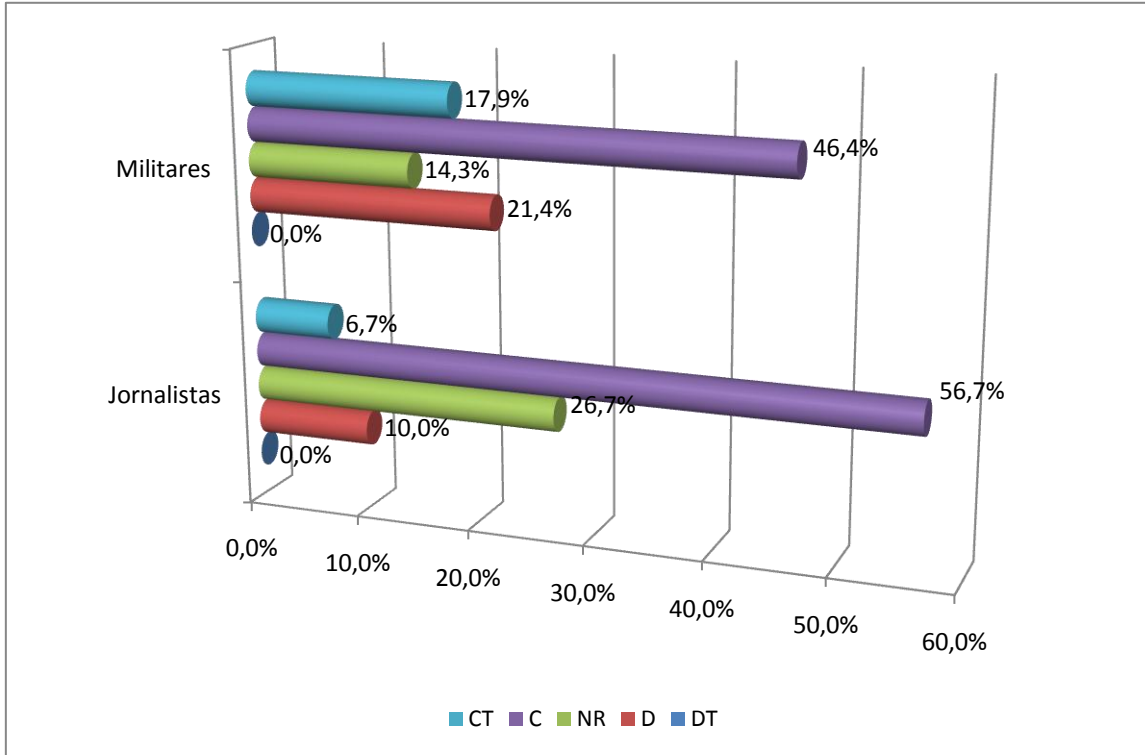
11. Os militares não apreciam o papel dos OCS?



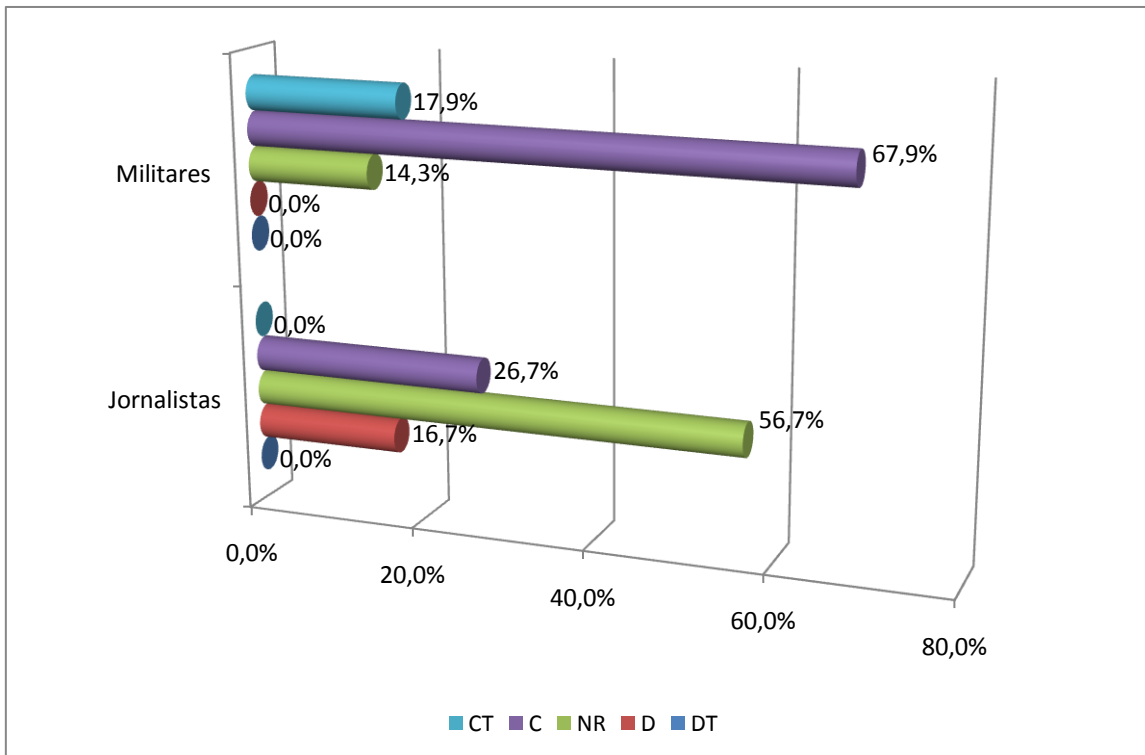
12. O público não entende muito bem o papel positivo dos OCS nas operações militares?



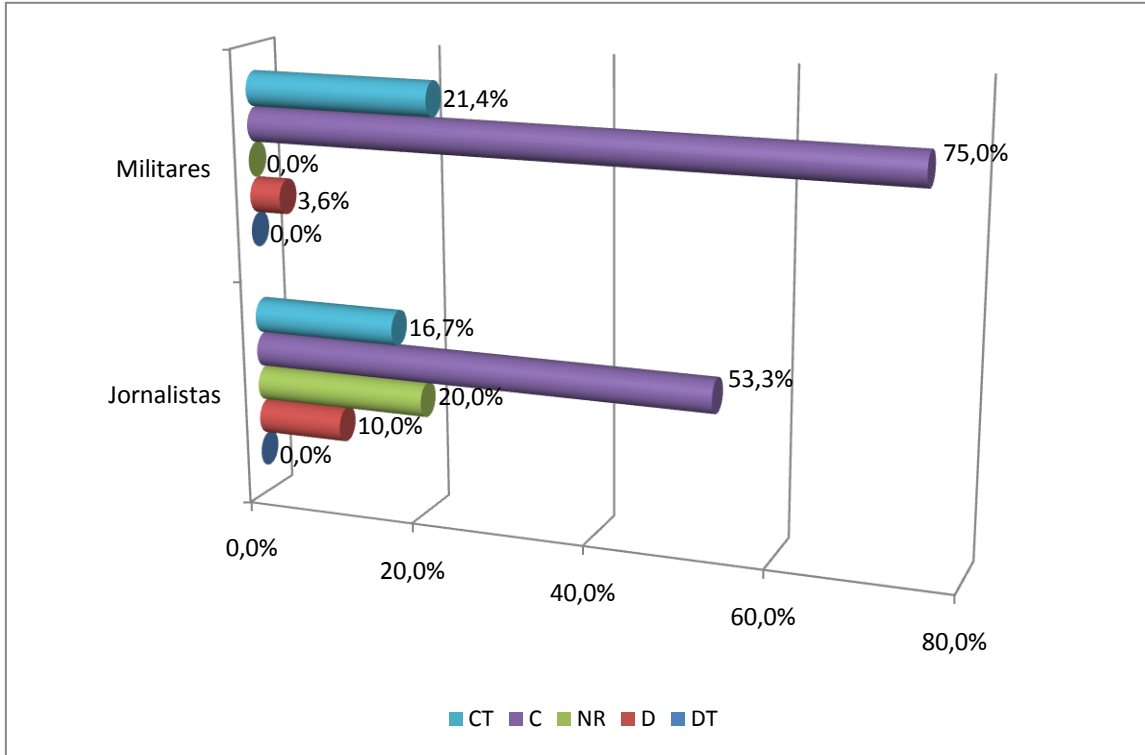
13. Os militares, especialmente nas categorias superiores, muitas vezes sentem-se intimidados pelos OCS?



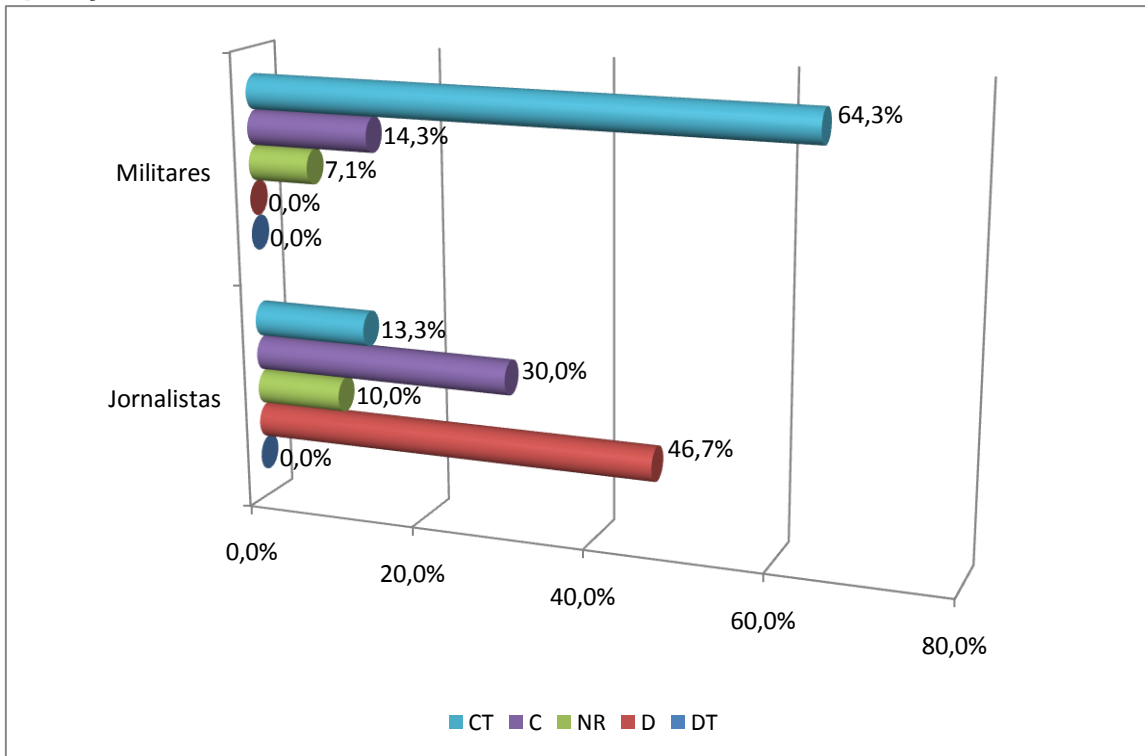
14. Os militares são honestos ao lidar com os OCS?



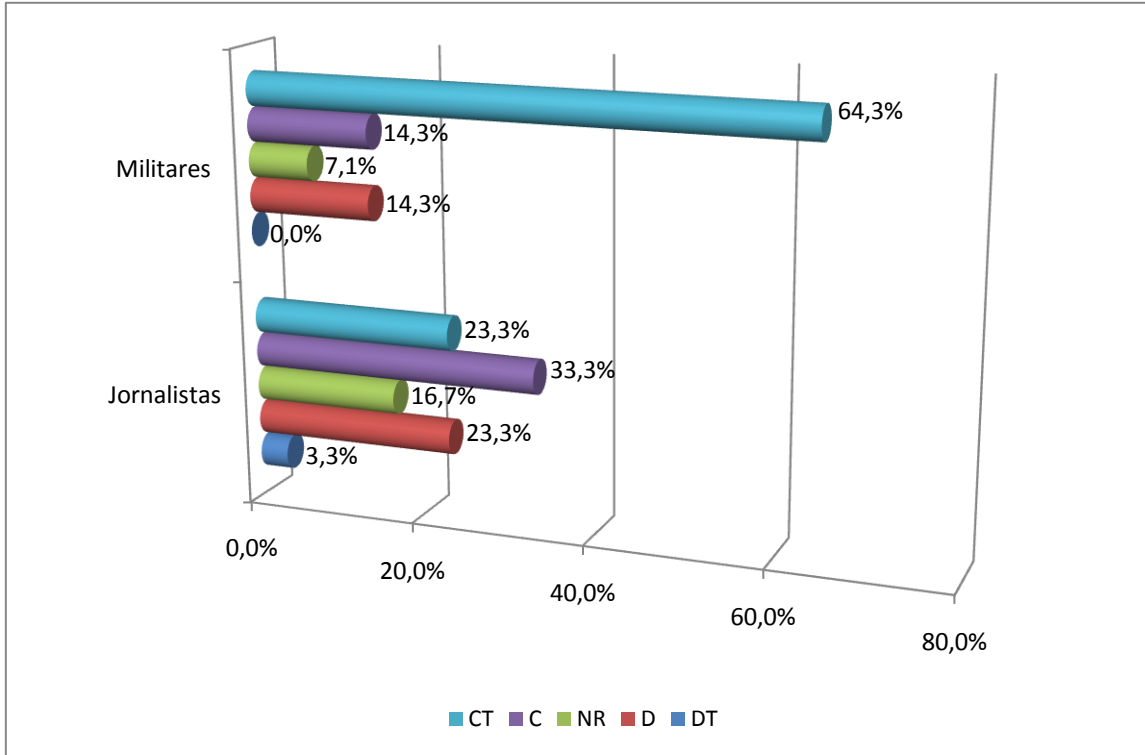
15. Poucos elementos dos OCS têm conhecimentos sobre assuntos de defesa nacional?



16. Os militares são capazes de decidir o que os OCS necessitam de saber sobre as operações?



17. Não se podem confiar aos jornalistas informações que possam comprometer a segurança de uma operação militar?



APÊNDICE

	Média		Moda		Mediana		Máximo		Mínimo		Desvio Padrão	
	Jornalistas	Militares	Jornalistas	Militares	Jornalistas	Militares	Jornalistas	Militares	Jornalistas	Militares	Jornalistas	Militares
1. Os OCS têm-se revelado importantes numa missão?	4,10	4,28	4	4	4,00	4,00	5	5	3	4	0,66	0,46
2. Os militares deveriam ter mais formação para lidar com os OCS?	4,10	4,21	4	4	4,00	4,00	5	5	2	3	0,80	0,63
3. Os OCS trazem vantagens ao Exército?	3,60	3,78	3	4	4,00	4,00	5	4	2	3	0,81	0,42
4. É indispensável a presença dos OCS numa missão?	3,43	2,42	4	2	4,00	2,00	5	4	2	1	0,94	0,84
5. Os OCS atrapalham a missão?	2,50	2,67	2	3	2,50	3,00	4	5	1	2	0,82	0,72
6. A presença dos OCS provoca alguma alteração no comportamento dos militares?	3,56	3,89	4	4	4,00	4,00	5	5	1	3	0,82	0,42
7. Devem os OCS acompanhar sempre uma força?	2,86	2,00	3	2	3,00	2,00	5	3	1	1	0,94	0,54
8. Os OCS estão mais interessados em histórias negativas de irregularidades ou escândalos do que em contar histórias sobre conquistas positivas ou operações eficientes do Exército Português?	2,50	3,60	2	4	2,00	4,00	5	5	1	2	1,22	0,96
9. Os OCS são tão necessários para a manutenção da liberdade de Portugal como os militares?	3,70	2,67	4	2	4,00	2,00	5	5	2	2	1,02	0,94
10. A maioria dos membros do público são tão ignorantes que as suas opiniões sobre a defesa nacional são insignificantes?	2,36	2,46	2	2	2,00	2,00	5	5	1	1	0,93	1,20
11. Os militares não apreciam o papel dos OCS?	3,23	2,64	4	2	3,00	2,00	4	4	2	2	0,82	0,83
12. O público não entende muito bem o papel positivo dos OCS nas Operações militares?	2,7	3,00	2	2	2,50	2,00	4	5	1	2	0,88	0,90
13. Os militares, especialmente nas categorias superiores, muitas vezes sentem-se intimidados pelos OCS?	3,60	3,60	4	4	4,00	4,00	5	5	2	2	0,77	1,03

APÊNDICE

14. Os militares são honestos ao lidar com os OCS?	3,10	4,03	3	4	3,00	4,00	4	5	2	3	0,66	0,58
15. Poucos elementos dos OCS têm conhecimentos sobre assuntos de defesa nacional?	3,76	4,14	4	4	4,00	4,00	5	5	2	2	0,86	0,59
16. Os militares são capazes de decidir o que os OCS necessitam de saber sobre as operações?	3,10	3,96	2	4	3,00	4,00	5	5	2	3	1,16	0,69
17. Não se podem confiar aos jornalistas informações que possam comprometer a segurança de uma operação militar?	3,50	4,28	4	5	4,00	5,00	5	5	1	2	1,20	1,12

APÊNDICE D - Guião de entrevista a Ten-Coronel Miguel Machado

O Tenente-Coronel Miguel Machado, actualmente encontra-se na reserva, mas foi co-autor de livros de referência relativamente à relação entre os militares e os *media*, bem como possui vários artigos publicados, ao longo da sua carreira alusivos a esta relação.

Questões colocadas:

1. O Exército tem vantagens com a presença dos Media nas OAP? Quais?
2. Acha que o exército nas Op Ap Paz, usa correctamente os OCS?
3. Poderão os jornalistas interferir de alguma forma na missão?
4. A presença dos OCS provoca algum tipo de alterações no comportamento dos militares? Em que medida?
5. Considera que a instrução dada aos militares no relacionamento com os OCS é a adequada?
6. Os jornalistas com a sua actuação podem comprometer a missão? Porquê?
7. Será que as OAP do exército português têm o eco apropriado nos OCS?

APÊNDICE E - Guião de entrevista a Ten-Coronel Helder Perdigão

O Tenente-Coronel Helder Perdigão, actualmente encontra-se no GabCEME, e é o chefe do SIPRP e por inerência de funções, o porta-voz e Relações Públicas do Exército.

Questões colocadas:

1. O Exército tem vantagens com a presença dos Media nas OAP? Quais?
2. Acha que o exército nas Op Ap Paz, usa correctamente os OCS?
3. Poderão os jornalistas interferir de alguma forma na missão?
4. A presença dos OCS provoca algum tipo de alterações no comportamento dos militares? Em que medida?
5. Considera que a instrução dada aos militares no relacionamento com os OCS é a adequada?
6. Que formação tem os elementos do SIPRP para a relação com os OCS?
7. Os jornalistas com a sua actuação podem comprometer a missão? Porquê?
8. Será que as OAP do exército português têm o eco apropriado nos OCS?
9. O comandante da força fica sempre responsável pelo jornalista quando o jornalista vai integrado na força?
10. Há a exigência do jornalista, possuir o curso que é ministrado em Mafra a jornalistas?

APÊNDICE F - Guião de entrevista a Major Bernardino

O Major Bernardino, actualmente encontra-se no Gab-EMGFA, e é o Assessor Militar do CEMGFA, e responsável pelas Relações Públicas neste órgão.

Questões colocadas:

1. O Exército tem vantagens com a presença dos Media nas OAP? Quais?
2. Acha que o exército nas Op Ap Paz, usa correctamente os OCS?
3. Poderão os jornalistas interferir de alguma forma na missão?
4. A presença dos OCS provoca algum tipo de alterações no comportamento dos militares? Em que medida?
5. Considera que a instrução dada aos militares no relacionamento com os OCS é a adequada?
6. Que formação tem os elementos do SIPRP para a relação com os OCS?
7. Os jornalistas com a sua actuação podem comprometer a missão? Porquê?
8. Será que as OAP do exército português têm o eco apropriado nos OCS?
9. O comandante da força fica sempre responsável pelo jornalista quando o jornalista vai integrado na força?
10. Há a exigência do jornalista, possuir o curso que é ministrado em Mafra a jornalistas?
11. Relativamente a nível da formação, aqui o gabinete tem algum tipo de formação, tem o curso Nato Public Affairs?

ANEXOS

ANEXO A

LEGISLAÇÃO A CONSULTAR⁵⁹

Lei n.º 46/2003 de 22 de Agosto - Regula o acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro.

Decreto-Lei n.º 233/96 de 7 de Dezembro - Define o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. Os seus artigos dizem respeito a: Nomeação; Suplemento de missão; Alojamento, alimentação e fardamento; Assistência na doença; Protecção social; Acidentes e doença; Licença especial; Privilégios e imunidades em território estrangeiro; Participação na missão; Tempo de serviço.

Decreto-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro - Define estatuto semelhante ao 233/96 mas adaptado às Missões de Cooperação Técnico-Militar

Decreto-Lei n.º 299/2003 de 4 de Dezembro - Destinado a aperfeiçoar o regime aplicável à concessão de licença de férias e de especificar os critérios de definição do início e do fim da missão. Altera dois artigos do DL 233/96 que respeitam a licença especial e participação na missão.

Decreto-Lei n.º 348/99 de 27 de Agosto - Que veio criar um seguro de vida que reforce o esquema existente, no plano da reparação dos danos por morte ou invalidez permanente.

Decreto-Lei n.º 466/99 de 6 de Novembro - Destinado a promover a centralização desta matéria (regime jurídico das pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País) num único diploma, aproveitando-se a oportunidade para proceder à actualização de algumas disposições

Portaria n.º 87/99 de 30 de Dezembro de 1998, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional - Define o que são países de classe "A", "B" e "C". Esta classificação tem efeito na contagem do tempo de serviço efectivamente prestado pelos militares envolvidos em missões de paz e humanitárias ou que cumpram acções de cooperação técnico-militar fora do território nacional, para efeitos de aposentação.

Portaria n.º 370/97 de 6 de Junho - Define a tabela de valores do suplemento de missão adequadas às missões e às capacidades financeiras do Estado Português em geral, e das Forças Armadas, em particular.

Portaria n.º 905/99 de 13 de Outubro - Estabelece as condições, período e montantes do seguro (por morte ou invalidez permanente) previsto para os militares envolvidos em missões de paz e humanitárias no estrangeiro.

Portaria 261/2000 de 13 de Maio - Complementa a Portaria 905/99 referente ao seguro por morte o invalidez permanente.

⁵⁹ <http://www.operacional.pt/legislacao-sobre-missoes-de-paz/#more-953>, Consultado em 15 de Junho 2009

Portaria 394/2000 de 14 de Julho - Define o modo de actualização do suplemento de missão, de forma automática, com referência ao valor percentual correspondente à revisão das ajudas de custo.

ANEXO B – FIGURAS



Ilustração 1- A gazeta da Restauração em <http://livroseafins.com/2007/10/10/biblioteca-nacional-digital-portuguesa-tudo-organizadinho-pra-voce/>



Ilustração 2- Crônicas de D.João I em <http://cursodefiliologiaportuguesa.blogspot.com/2008/09/6-crnica-del-rei-d-joo-i-ferno- lopes.html>

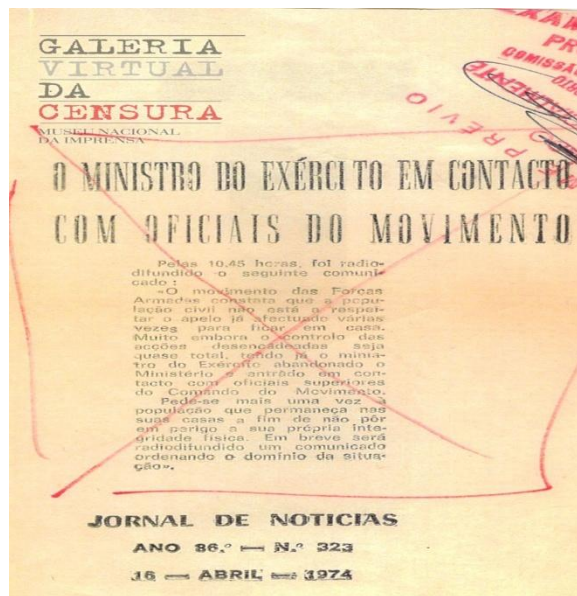


Ilustração 3-Prova de página, de 25/09/1974 com a notícia “O Ministro do Exército em contacto com Oficiais de movimento”, proibida pelo Exame Prévio em <http://salazarcensura.googlepages.com/acensura>

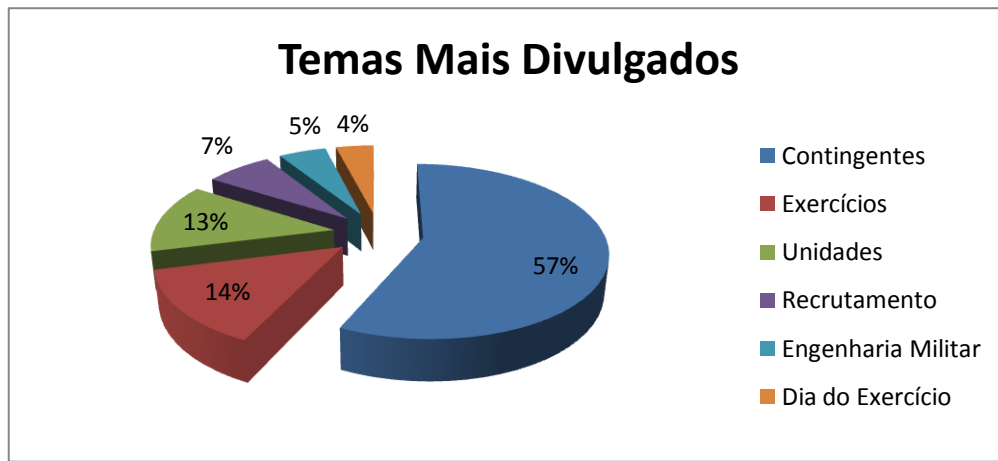


Ilustração 4- Temas Divulgados na Imprensa dados fornecidos pelo GabCEME

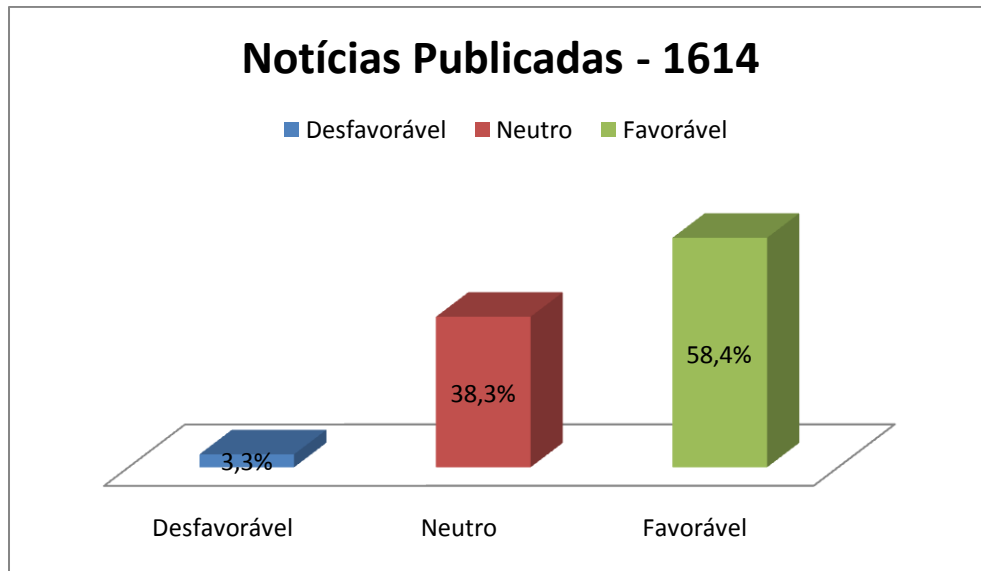


Ilustração 5- Número de Notícias publicadas dados fornecidos pelo GabCEM

ANEXO C

SECÇÃO D- CONTROLO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

21. A imprensa, a rádio, a televisão e o cinema publicitário constituem origem de notícias que o inimigo pode utilizar em seu proveito.

Torna-se, portanto, necessário controlar eficientemente as suas actividades, de forma a evitar que, através delas, seja dado conhecimento de assuntos que não convém divulgar ou seja feita propaganda prejudicial. Um tal controle torna-se tanto mais difícil quanto é certo que, muitas vezes, notícias aparentemente sem importância podem ter interesse quando conjugadas com outras obtidas das mesmas ou de origens diferentes.

22. Os objectos do controlo da informação pública são, portanto:

a) Evitar que notícias que possam afectar o esforço nacional cheguem ao conhecimento do inimigo;

b) Evitar que notícias que criem alarme ou desmoralização cheguem ao conhecimento da população civil, das tropas ou das populações de países amigos;

23. As medidas necessárias para se exercer o controlo da informação pública serão planeadas e executadas pelas autoridades civis, de comum acordo com as autoridades militares ou por proposta destas, constituindo-se para o efeito comissões de censura.

24. Sempre que a censura encontre qualquer notícia ou informação cuja origem e antecedentes requeiram investigação, deverá comunicar o facto a entidade competente.

25. As unidades não devem, por sua iniciativa, dar publicidade a assuntos de carácter militar. Todas as notícias e fotografias a publicar deverão ser submetidas à aprovação superior, seguindo as normas para o efeito estabelecidas.

26. No que se refere, particularmente, à televisão e documentários cinematográficos, deverá, além do que se encontra indicado para a difusão de notícias e fotografias, ser efectuado um controlo rigorosíssimo sobre a transmissão de qualquer imagem. (EME, 1966)

ANEXO D

CÓDIGO DEONTOLÓGICO DOS JORNALISTAS⁶⁰

Os jornalistas portugueses regem-se por um Código Deontológico que aprovaram em 4 de Maio de 1993, numa consulta que abrangeu todos os profissionais detentores de Carteira Profissional. O texto do projecto havia sido preliminarmente discutido e aprovado em Assembleia Geral realizada em 22 de Março de 1993.

1.O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.

2.O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.

3.O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.

4.O jornalista deve utilizar meios leais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.

5.O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência.

6.O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.

7.O jornalista deve salvaguardar a presunção da inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.

8.O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade ou sexo.

9.O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e

⁶⁰ <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368> Consultado em 19 de Julho de 2009

princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

10.O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesses.

ANEXO E**“LINHAS DE ORIENTAÇÃO NAS RELAÇÕES COM OS OCS”⁶¹**

1.O Público Português tem o direito de conhecer as actividades e operações das FA Portuguesas. O público recebe grande maioria dessa informação através dos OCS e, por isso, é do vosso interesse falar com os OCS tão abertamente quanto possível, desde que autorizados superiormente.

2.Cada membro do Exército Português é um potencial porta-voz acerca das suas próprias responsabilidades.

3.Falar abertamente com os OCS não significa que se possa divulgar informação classificada. Antes de responder a uma questão pergunte a si próprio e seguinte:

Sou o porta-voz adequado para responder a este assunto/questão? Caso a resposta seja negativa, procurar a pessoa adequada para tal e apresentar-lhe o repórter;

É informação classificada? Caso a resposta seja afirmativa, deve-se dizer ao repórter que a resposta por ele pretendida é informação classificada.

É informação precisa? Por outras palavras, estará a minha informação correcta? Não tentar adivinhar, não inventar, nem repetir rumores ou boatos.

É informação adequada ou apropriada? Poderão existir assuntos ou temas desapropriados, como por exemplo a descrição detalhada de acidentes envolvendo baixas.

Está de acordo com a nossa política de informação pública e NEP?

4.Ser honesto e não mentir aos repórteres. Se não souber responder ou se não estiver habilitado para responder, seja por que razão for, dizer ao repórter porquê. Não ser evasivo.

5.Não especular, nem comentar questões hipotéticas do tipo “E se...?”

6.Usar de ética, não tentar iludir o repórter e não reter informação só pelo simples facto de ele não ter feito a pergunta acertada.

7.Ser educado; Se estiver ocupado ou for incapaz de responder ao repórter, dizê-lo e, se possível, encaminhar o repórter para o Oficial de Informação Pública ou para o superior hierárquico.

8.A maioria dos repórteres gosta de saber aquilo que você está a fazer, qual é o seu trabalho e qual é a sua opinião pessoal acerca da missão. Não deve hesitar em falar sobre o seu trabalho e experiências pessoais. Evitar expressar opiniões em questões do foro político, pelo simples facto de que esse não é o nosso trabalho.

9.Poderá ser inquirido para comentar decisões, ordens ou directivas dos seus superiores hierárquicos. Convém lembrar que a nossa missão é cumprir essas ordens ou directivas e não de as comentar. Será mais adequado que o repórter faça tais perguntas ao superior hierárquico que emitiu essas ordens ou directivas

⁶¹ SIRPR

10. Quais quer comentários feitos a um repórter são “on the record”. Se não quiser que uma declaração seja divulgada pelos OCS, então, simplesmente, não se deve fazer. Deve-se partir do princípio que os repórteres estão sempre em serviço e que o seu equipamento está sempre a gravar.

11. Se acidentalmente cometer um erro e prestar aos repórteres informação incorrecta, classificada ou desadequada, deve-se dizer-lhes. Não se deve hesitar em pedir a um repórter para não usar essa informação; em caso de dúvida, dar conhecimento desse facto ao seu superior hierárquico ou ao Oficial de Informação Pública.

12. Você não tem autoridade para mexer em qualquer tipo de equipamento dos OCS, seja por que razão for. Se um repórter, acidentalmente, gravar ou filmar algo que se possa caracterizar como sendo informação sensível, poder-se-á tentar fazê-lo perceber tal facto, com o intuito de o levar a cooperar, mas não se tem autoridade legal para o obrigar seja ao que for. Se ocorrer um incidente deste tipo, deverá informar a sua cadeia de comando.

13. Antes de responder a uma questão, deve-se assegurar que percebeu aquilo que é perguntado.

14. Evitar calão militar, lembrando-se sempre que está a falar para o público e não para outro militar. Evitar respostas do tipo “sem comentários” ou sim-não”.

15. Antes da gravação duma entrevista vídeo, perguntar ao repórter para onde se deve olhar. Normalmente deve-se tentar ignorar a câmara de vídeo e falar para o repórter.

16. Você não tem o direito de censurar a informação, significa também que não deve pedir para ver uma reportagem antes de ela ser divulgada.

17. Lembrar-se que as maiorias dos repórteres Portugueses não se encontram familiarizados com operações militares. Não partir do princípio de que eles compreendem na integra aquilo que lhes estamos a dizer.

18. Não boicotar os OCS na sequência duma reportagem desfavorável.

19. Lembrar que cada visita de OCS é uma oportunidade para transmitir ao nosso país imagens sobre a missão que estamos a executar. Cada soldado tem um importante papel a desempenhar na transmissão de mensagens para o público.

20. Lembrar-se que seja o que for que se diga a um repórter poderá ser televisionado em qualquer parte do mundo. Evitar comentários sobre a população local ou sobre os beligerantes, pela razão que tal atitude poderá comprometer a missão.

21. Não comentar rumores ou boatos. Estar ciente de que se poderá ser abordado pelos OCS nos tempos livres, tal como em situações de convívio social em messes, no sentido da obtenção de informações. Todas as regras permanecem efectivas, quer em situações desse género quer em situações de licença.

22. Não hesitar em contactar o Oficial de Informação Pública ou o Comandante da sua unidade, sempre que necessite de conselhos ou auxílio para responder a questões colocadas pelos OCS.

ANEXO F⁶²**Constituição do CJZC**

1ª Parte – Aquisição de conhecimentos, técnicas e perícias individuais, em que se procurou inserir o grupo de jornalista numa zona fictícia do globo, obrigando-os a passar por um conjunto de situações próprias de um país hostil, reforçando desta forma a necessidade de preparação da viagem tendo em conta a documentação necessária para tal. Abordaram-se os conceitos de segurança/avaliação do risco, a relação entre os OCS e os Militares, cuidados de saúde, noções básicas de topografia com recurso a métodos expeditos e material digital, identificação de engenhos explosivos mais característicos dos actuais cenários de guerra, técnicas de negociação e ameaça CBRN ;

2ª Parte – Actuação do grupo de jornalistas num ambiente suburbano/ambiente rural. Nesta fase os jornalistas puderam assistir a uma montra de material, desde o armamento ligeiro até ao pesado, passando pelos sistemas de visão nocturna. Foram introduzidos num campo de sobrevivência onde puderam experimentar algumas técnicas de sobrevivência em condições ambientais adversas. Com o recurso às técnicas ensinadas até à altura foram criados cenários próprios de zonas rurais (ex. Check-point, negociação com forças de milícias e paramilitares) onde se procurou que os jornalistas aplicassem as técnicas aprendidas. O fim desta fase culminou com uma sessão de formação sobre a gestão do stress.

3ª Parte – Actuação do grupo de jornalistas em ambiente urbano. Nesta fase aprenderam a deslocar-se em áreas edificadas, reconhecendo os perigos próprios deste tipo de cenário e, foram criados cenários em ambiente urbano de forma a testar a reacção a incidentes típicos em áreas edificadas.

4ª Parte - Participação numa Missão de Paz na forma “embedded” numa Força Nacional Destacada (FND) que acaba num conflito de alta intensidade. Nesta fase foi criado um cenário do tipo 3BW (Three Block War), em que os jornalistas integraram as várias fases do exercício nas respectivas forças de cenário, podendo num espaço de tempo relativamente curto passar de um conflito de baixa intensidade para alta intensidade. Por último foi criado um cenário em que os jornalistas iriam contactar supostamente com uma das facções, onde o objectivo se configurava com uma situação de rapto, introdução num cativeiro passando pelas diversas fases do interrogatório até ao resgate por uma força internacional.

⁶² Gentilmente cedido pelo Ten-Coronel Mendes Dias

